



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FECAMPO)  
LEC - TURMA 2014**

Analisar o processo de luta pela posse da terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro, município de Marabá-PA, sob a ótica da Comissão Pastoral da Terra - CPT.

**Marabá – PA  
2019**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FECAMPO)  
LEC - TURMA 2014**

**SÁVIO COELHO ALVES**

Analisar o processo de luta pela posse da terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro, município de Marabá-PA, sob a ótica da Comissão Pastoral da Terra - CPT.

.

.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e sudeste do Pará - UNIFESSPA, para obtenção do grau de graduado em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Agrárias da Natureza.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo de Almeida Muniz

**Marabá – PA  
2019**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho da Unifesspa**

---

Alves, Sávio Coelho

Analisar o processo de luta pela posse da terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro, município de Marabá-PA, sob a ótica da Comissão Pastoral da Terra - CPT / Sávio Coelho Alves ; orientador, Rodrigo de Almeida Muniz. — Marabá : [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, Marabá, 2019.

1. Posse da terra - Marabá (PA). 2. Trabalhadores rurais - Condições sociais. 3. Assentamentos humanos - Marabá (PA). 4. Ecologia agrícola. 5. Educação rural. 6. Comissão Pastoral da Terra. I. Muniz, Rodrigo de Almeida, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 333.318115

---

Elaborada por Alessandra Helena da Mata Nunes - CRB2/586

## **SÁVIO COELHO ALVES**

Analisar o processo de luta pela posse da terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro, município de Marabá-PA, sob a ótica da Comissão Pastoral da Terra - CPT.

Data da avaliação: 30 de agosto de 2019.

### **Banca Examinadora**

---

Orientador (Presidente): Prof. Rodrigo de Almeida Muniz.  
Titulação: Doutor  
Instituição: Universidade Federal do Sul e sudeste do Pará/FECAMPO-ICH

---

Membro: Maria Suely Ferreira Gomes  
Titulação: Mestra em Ciências Sociais  
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA/Campus Rural de Marabá

---

Membro: Ailce Margarida Negreiros Alves  
Titulação: Mestra em Ciências Sociais  
Instituição: Universidade Federal do Sul e sudeste do Pará/FECAMPO-ICH

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho à memória do companheiro JOÃO PEREIRA RODRIGUES, um dos incansáveis companheiros de luta e resistência na conquista do assentamento PDS Porto Seguro que nos deixou em 2000, vítima de infarto, deixando principalmente para toda comunidade um exemplo de lealdade, companheirismo e comprometimento com o cuidado com a natureza. Seu João, conhecido também como João da Viola, juntamente com seu Geraldo Pereira, seu vizinho de assentamento, foram os pioneiros na implantação de sistemas agroflorestais no assentamento.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer a todos os companheiros e companheiras da Turma de Licenciatura em Educação do Campo - 2014, que me proporcionaram uma das vivências coletivas mais importantes da minha vida. Aos companheiros que, desde o início do curso, tenho afirmado que não passaram por nenhum processo de seleção mas, sim, foram escolhidos! Grandes amigos que jamais esquecerei!

Agradecer a minha companheira “Aninha” que, ao longo desses últimos cinco anos, sempre contribuiu com a realização dos meus trabalhos acadêmicos. Nunca fez nenhum, mas corrigiu todos! Agradecer pelos constantes incentivos, paciência e companheirismo!

A todos os docentes da Faculdade de Educação do Campo que tivemos a oportunidade de conviver e trocar conhecimentos. Em especial ao Professor Amintas, que tanto nos incentivou a praticar a leitura e nos motivou com suas histórias e experiências de vida!

Também não poderia deixar de agradecer ao meu professor orientador Rodrigo Muniz. Os momentos de orientação foram essenciais para construção desse trabalho e aqui quero dividir com ele a satisfação de sua conclusão.

Um agradecimento especial às famílias do PDS Porto Seguro! Muito obrigado por contribuírem com minha formação acadêmica e por compartilharem seus conhecimentos e experiências.

Por fim, agradecer aos companheiros da Comissão Pastoral da Terra de Marabá que tanto me inspiraram e me deram a oportunidade de conhecer e de atuar com as famílias acampadas no processo de luta pela posse da terra.

“Sou professor a favor da docência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica contra os indivíduos ou das classes sociais...”.

(PAULO FREIRE)

**SIGLAS UTILIZADAS**

CPT – Comissão Pastoral da Terra  
COOPSERVIÇOS – Cooperativa de Prestação de Serviços  
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
SR-27 – 27ª Superintendência Regional do INCRA de Marabá  
CAT – Centro Agro-Ambiental do Tocantins  
LASAT – Laboratório Sócio-agronômico do Tocantins  
FATA – Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia  
COOCAT – Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins  
FECAT - Federação das Cooperativas do Araguaia Tocantins  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos  
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
CEPASP – Centro de Estudo, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
SAF's – Sistemas Agroflorestais  
CRMB – Campus de Rural de Marabá  
IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
PPP – Projeto Político Pedagógico  
PU – Plano de Uso do Assentamento  
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável  
RSQ – Roça Sem Queimar  
SEAGRI - Secretaria Municipal de Agricultura  
SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
SEMED - Secretaria Municipal de Educação  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.  
GAETE - Grupo de Articulação Interinstitucional de Erradicação do Trabalho Escravo

## **SUMÁRIO**



<b>Introdução</b>	10
<b>Objetivo Geral</b>	13
<b>Objetivos Específicos</b>	14
<b>CAPÍTULO I - Histórico e caracterização do Assentamento</b>	14
1.1 - Ações Coletivas	25
1.2 - Recursos Naturais	26
1.3 - Sistemas produtivos e Comercialização	29
<b>CAPÍTULO 2 – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA CPT</b>	33
2.1 – Breve histórico e caracterização da CPT	34
2.2 – A atuação da CPT no PDS Porto Seguro	36
2.2.1 - Formação Técnico-Produtiva	37
2.2.2 – Formação Política-Organizativa	44
<b>CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS PELA CPT NO PDS PORTO SEGURO</b>	48
3.1 – Avanços	48
3.1.1 – Políticos e Organizativa	48
3.1.2 – Produção e Comercialização	52
3.1.3 – Formação de Lideranças	54
3.2 – Desafios	56
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	59
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	61

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de luta pela posse da terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro, localizado no município de Marabá-PA, sob a ótica da Comissão Pastoral da Terra, lembrando com as famílias da comunidade e agentes da CPT, o processo histórico de constituição e regularização fundiária do assentamento onde as famílias estão vivendo. Além disso, esse trabalho se propõe a fazer uma reflexão crítica das práticas pedagógicas promovidas pela CPT no processo de formação dos assentados e assentadas com posterior reflexão e dos resultados sobre as famílias e assentamento.

**Palavras-Chave:** Formação. Agroecologia. Sistemas Agroflorestais. Formação técnico-produtiva e formação política-organizativa.

## INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no sul e sudeste do Pará, foram criados oficialmente 520 projetos de assentamento de Reforma Agrária assentando aproximadamente 80 mil famílias. Esses assentamentos possibilitaram às famílias melhorar suas condições de vida através do acesso a terra como espaço de moradia e produção, bem como o acesso a infraestruturas básicas como estradas, habitação, energia e educação.

No entanto a criação da maioria dos assentamentos foram resultados de muita resistência e perseverança das próprias famílias. Muitas delas por inúmeras vezes, passaram por longos períodos no processo de luta pela posse terra para conseguirem ser assentadas, enfrentando, em alguns casos, situações de extrema violência que resultaram em muitos assassinatos.

A criação de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, sem sombra de dúvidas, é um processo humanitário, uma vez que proporciona oportunidades para as famílias viverem com dignidade, fazendo aquilo que sabem fazer, trabalhar na terra. No entanto, as políticas públicas que poderiam alavancar ainda mais esse processo estão aquém da necessidade real das famílias. O simples fato de acontecer a regularização fundiária dos lotes não significa que a reforma agrária tenha sido concretizada, fazendo-se necessário um conjunto de ações para que o processo de reforma agrária seja de fato efetivado.

A ineficiência do poder público em promover a reforma agrária tem levado as famílias, já assentadas, a continuarem atuando de forma conjunta com os movimentos sociais do campo e entidades de assessoria para conseguir a implementação das políticas públicas de reforma agrária. O protagonismo das famílias em suas reivindicações tem sido fundamental para a consolidação desses assentamentos e redistribuição das terras no Brasil.

Entender os processos de desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos na região é uma tarefa complexa devido às especificidades de cada assentamento. Por exemplo: como foi seu processo de formação, número de famílias, origem das famílias, movimentos apoiadores, modalidade de assentamento, entre outras. Por isso, nesse trabalho de pesquisa pretendo fazer uma reflexão sobre a atuação da Comissão Pastoral da Terra com as famílias do Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Porto Seguro, fazendo um levantamento dos possíveis avanços e desafios que ainda possam existir no processo de consolidação do assentamento.

Por isso, essa pesquisa tem como objetivo refletir sobre a atuação da CPT, através de suas práticas político-pedagógicas desenvolvidas no Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Porto Seguro, localizado no município de Marabá (PA), realizadas ao longo da formação do assentamento.

O PDS Porto Seguro fica localizado a 20km do centro urbano da cidade de Marabá, à margem esquerda da BR-155, sentido Marabá - Eldorado do Carajás, passando inicialmente por dentro da Fazenda Taboquinha, de propriedade do Grupo Revemar.

O PDS é o único assentamento do município criado nessa modalidade e, a partir dessa experiência, este trabalho propõe realizar uma análise reflexiva e propositiva de ações que estão contribuindo com a consolidação desse assentamento. Assim, a questão norteadora desta pesquisa será: Quais e como foram as contribuições da CPT durante o processo de criação e estabelecimento do PDS Porto Seguro?

Esse trabalho de pesquisa é composto por três capítulos. Primeiramente procuro apresentar o histórico da comunidade, trazendo, a partir das narrativas dos assentados, os principais fatos marcantes dessa longa jornada de criação do PDS, as principais dificuldades e as diferentes maneiras encontradas para superá-las. Destacam-se, também, a atuação dos principais atores que fizeram parte dessa história, aprofundando em alguns aspectos a atuação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá - STTR e, principalmente, a atuação da Comissão Pastoral da Terra - CPT de Marabá, como entidades de assessoria às famílias acampadas (posteriormente assentadas pelo INCRA de Marabá).

A CPT é considerada pelas famílias uma das principais entidades de assessoria por sua atuação no processo de regularização do assentamento. Por isso, procuramos analisar com mais detalhes suas intervenções, sobre tudo no processo formativo”.

No segundo capítulo, procuramos apresentar inicialmente as concepções de formação da CPT. Apresentarei as práticas pedagógicas realizadas por sua equipe de agentes pastorais no PDS Porto Seguro, buscando compreender as principais dimensões abordadas nessas atividades formativas (político-organizativa e técnica-produtivas).

No terceiro e último capítulo desse trabalho, fizemos uma reflexão sobre os principais elementos considerados resultados desses processos formativos: Quais os reflexos das formações que podem ser constatados junto às famílias? Qual a avaliação das famílias sobre a atuação da CPT? Destacando-se também os principais avanços e os desafios ainda existente

para consolidação da comunidade. Essas reflexões podem contribuir com a atuação dos agentes da CPT e com as próprias famílias do assentamento.

Sem sombra de dúvidas, a CPT se configura como uma das instituições de maior importância na defesa e assessoria das famílias camponesas que buscam um pedaço de terra para sobreviver e a simples possibilidade de fazer parte e/ou contribuir para sua atuação já é uma das justificativas mais louváveis para a realização desse trabalho.

Para a comunidade, por sua vez, esse trabalho pretende registrar a história protagonizada pelas famílias que inicialmente ocuparam a área, não fazendo distinção entre famílias que permanecem ou não no assentamento e, a partir da história do PDS Porto Seguro, mostrar a importância do trabalho coletivo desde a sua constituição até o atual momento.

Em termos metodológicos, a construção desse trabalho contou principalmente com a contribuição das famílias do PDS Porto Seguro, que reviveram sua própria história através de relatos das lembranças guardadas em suas memórias e dos registros fotográficos pessoais que gentilmente foram cedidos para serem utilizados nesse trabalho. Sendo necessário também destacar que utilizamos os aspectos balizadores da metodologia qualitativa de pesquisa.

Segundo Silveira e CÓRDOVA (2009), a pesquisa qualitativa é utilizada para a realização de análise dos aspectos da realidade que não podem ser interpretados por meio de percursos quantitativos, tendo assim por objetivo a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Ainda sobre isso, MINAYO (2001) descreve a pesquisa qualitativa como um tipo de pesquisa que trabalha com um conjunto de atitudes, aspirações, significados, motivos, crenças e valores, o que representa um espaço mais profundo sobre relações, processos e fenômenos que não podem ser operacionalizados por meio de variáveis quantitativas. Dessa forma, esse tipo de pesquisa foi aplicado primeiramente diante da realização de estudos na área de antropologia e sociologia, como espécie de oposição à pesquisa quantitativa, mas tem conquistado outras áreas do conhecimento como psicologia e educação. (MINAYO, 2001).

Para levantamento de informações também foram realizadas entrevistas com cinco famílias da comunidade, utilizando questionários semiestruturados. As famílias que participaram desse levantamento de informações foram definidas a partir do seu tempo de vivência no PDS. Ou seja, foram entrevistadas as famílias que estão no assentamento desde os primeiros dias de ocupação da área e possuem uma atuação direta com a associação do assentamento e vem participando frequentemente da realização de atividades coletivas dentro da área.

Essas entrevistas foram fundamentais para elaboração do histórico do PDS Porto Seguro, configurando-se como o primeiro capítulo desse trabalho.

Também foram realizadas visitas *in loco* que possibilitaram um contato direto com a realidade atual do assentamento. As condições de acesso, moradia, convivência comunitária, paisagem ambiental e aspectos produtivos deram uma noção inicial dessa realidade.

Em seu arcabouço teórico procurei me aproximar de autores que abordaram a realidade camponesa nessa região. Professor Jean Hébette, um dos idealizadores do Centro Agroambiental do Tocantins - CAT, uma das instituições que contribuíram significativamente na formação política e técnica dos camponeses destacando-se também por conseguir aproximar a Universidade Federal do Pará - UFPA (Campus Marabá) à realidade camponesa. Sua obra “Cruzando a Fronteira - 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia” apresenta cenários e realidades que me fizeram perceber ainda mais a importância das parcerias institucionais e do trabalho coletivo, melhorando minha análise sobre a forma de organização e atuação da CPT.

Outra obra que também contribuiu para fundamentação dessa pesquisa foi a tese de doutoramento do Professor Airton do Reis Pereira que, de forma minuciosa, nos apresenta o cenário de violência contra os camponeses da região sul e sudeste do Pará no tocante à luta pela posse da terra e o papel de agentes da Igreja Católica dentro deste contexto.

Os arquivos da CPT também foram umas das fontes de informações utilizadas para essa pesquisa. Seus relatórios de atividades e de avaliações, seus arquivos fotográficos, notas publicadas, além do contato direto com os agentes da equipe da CPT de Marabá, foram fundamentais para essa produção acadêmica.

## **OBJETIVO GERAL**

Refletir sobre o legado da CPT no processo de luta pela posse da terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1- Rememorar e refletir o processo histórico de constituição e regularização fundiária do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro;
- 2- Descrever as práticas pedagógicas realizadas pela CPT para a formação dos assentados;
- 3- Refletir sobre os processos formativos e seus resultados considerando a suas perspectivas formativas.

## CAPÍTULO 1 – HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO

A história do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro inicia-se em 2004 quando um grupo de famílias coordenado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá – STTR, acampados em frente ao INCRA-SR27, iniciaram a realização do cadastro das famílias para ocupação da Fazenda Balão II. “Área da Promessa”, era assim que os dois principais coordenadores da época referiam-se a fazenda, segundo relato da dona Maria Lindalva, que é uma das primeiras pessoas a constar na lista de famílias interessadas em ganhar um pedaço de terra e atualmente presidenta da Associação do PDS Porto Seguro.

A primeira ocupação da Fazenda Balão ocorreu em 21 de junho de 2004 pelas famílias cadastradas e acampadas em frente ao INCRA, iniciando-se assim um difícil e prolongado processo de conquista de um pedaço de terra para trabalhar e produzir.

Vale mencionar que todo esse processo de cadastramento das famílias e demais ações de caráter preparatório para realização da ocupação da área foi precedido de um criterioso e organizado estudo sobre alguns aspectos da área. Ou seja, antes da ocupação foram realizados estudos prévios considerando os seguintes aspectos:

1º - Se a propriedade rural cumpre sua função social. De acordo com Lei 8629/93, Art. 9º, função social é definida como:

**Art. 9º** A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:

**I** - aproveitamento racional e adequado;

**II** - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

**III** - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

**IV** - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (Lei 8629/93, Art. 9º de 25 de Fevereiro de 93.

2º - Se a mesma era produtiva:

“Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente - Lei 8629/93 de 25 de Fevereiro de 93.

3º - Por fim, para todas as áreas que são ocupadas pelos movimentos sociais do campo é realizado um estudo prévio sobre a cadeia dominial dessas propriedades.

“A Cadeia Dominial do Imóvel consiste em um estudo realizado junto ao Cartório de Registro de Imóveis para um determinado imóvel, identificado através do nº da Matrícula. Contempla o acompanhamento da sequência cronológica e registro de todas as transmissões ocorridas sobre o mesmo terreno; abrange a partir do proprietário atual até a origem da titularidade, comumente do Poder Judiciário: Estado, União, INCRA, entre outros.”

Após a realização de estudos e verificada a possibilidade de desapropriação principalmente pela improdutividade da área, foi definida a ocupação da Fazenda Balão II, de propriedade do fazendeiro Evandro Liege Chuquia Mutran, pertencente a uma das famílias conhecida como a mais truculentas da região. Não é difícil ouvi em qualquer canto da cidade narrativas sobre a família Mutran.

Nas décadas de 1960 e 1970, a família Mutran possuía grande influência na política da região sul e sudeste do Pará. O patriarca da família, Osvaldo dos Reis Mutran, conhecido popularmente como Vavá Mutran, foi eleito Deputado Estadual e um de seus filhos, Dr. Nagib Mutran, foi eleito prefeito da cidade de Marabá. A família Mutran era detentora de grandes extensões territoriais principalmente áreas de castanhais e também tinha grande influência no comércio municipal, principalmente na exportação de castanha-do-pará.

Os Mutrans e outras famílias da região faziam parte das oligarquias de Marabá. Segundo Emmi e Marin (1998), a oligarquia de Marabá era um grupo que controlava os poderes político, econômico e sociais local, tendo como principal forma de imposição de seu poder a apropriação da terra, principalmente das áreas que faziam parte dos polígonos dos castanhais e pelo apoio do Estado, que possibilitou dentre outras coisas a liberação de títulos de aforamento de terra para essas famílias.

O aforamento é uma modalidade jurídica de apropriação da terra na qual o Estado mantém-se como proprietário, e o foreiro detém o direito de uso. Ao considerar os dados fornecidos pelo ITERPA em 1980, sobre as áreas de aforamento de castanhais, pode ter-se a impressão de persistência do poder tradicional de algumas famílias. Para se restringir a um caso bastante singular, constata-se que as terras aforadas pelo Estado ao tronco familiar Mutran totalizam 131.332 ha, o que corresponde a 21,40% da área total aforada no município de Marabá. (EMMI e MARIN – 1998, p. 8)



Outro fato que também nos chama atenção em relação à família Mutran, refere-se as inúmeras acusações de crimes ambientais e assassinatos dentre outros contra eles, como foi relatado na reportagem da Agência Estado de 05 de dezembro de 2002.

O ex-deputado paraense Vavá Mutran, 71 anos, foi preso nesta quarta-feira em flagrante depois de matar com um tiro de revólver na cabeça o menino **David Abreu de Souza**, de 8 anos. O garoto brincava com um colega numa área do sítio de Mutran, em Marabá, no sul do Pará. Segundo testemunhas, Mutran saiu transtornado de dentro do sítio com o revólver, calibre 38, na mão. David tentou correr, mas foi atingido pelo disparo. "O garoto estava caído no chão, o Vavá se aproximou e ainda deu um chute no corpo, dizendo para o menino correr", disse Nilton dos Santos. Os vizinhos do ex-deputado ficaram revoltados com a brutalidade do crime, afirmando que o acusado sempre foi um homem violento".

"Em 92, Mutran teve o mandato de deputado estadual cassado após invadir a casa do fiscal da Secretaria da Fazenda Daniel Mourão e matá-lo a tiros. A vítima havia apreendido madeira ilegal na empresa de Mutran e se negado a liberá-la. Julgado pelo Tribunal de Justiça, ele foi condenado a dez anos de prisão, mas não chegou a ficar um ano na cadeia, recebendo indulto por ter supostos problemas de saúde. O acusado pertence a uma das famílias mais poderosas do sul do Pará, proprietária de grandes fazendas, áreas de exploração de castanha e criação de gado. (Agência Estado, 05 Dezembro 2002 - 18h24).

Por essas e outras situações envolvendo a Família Mutran é que se configurava, inicialmente, entre as famílias acampadas, um determinado receio da possibilidade de ocorrência de conflitos violentos pela disputa da área, tendo em vista também outros casos de violência e assassinatos ocorridos em decorrência da luta pela posse da terra na região.

De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra, de 1985 a 2017 o Estado do Pará liderou o ranking de casos e vítimas de assassinatos em decorrência de conflitos pela posse da terra, contabilizando 466 casos, com 702 vítimas, seguidos pelos Estados do Maranhão e Rondônia.

No entanto, no processo de ocupação da área da Fazenda Balão II não ocorreu nenhum conflito entre as famílias e o proprietário da área, o que pode ser resultado da atuação da CPT e demais entidades representativas dos trabalhadores acampados.

A inexistência de conflitos diretos e violentos entre fazendeiro e acampados não significa que o processo até a conquista da terra, com a criação do PDS Porto Seguro, tenha sido fácil. As famílias acampadas enfrentaram outros desafios para conseguir transformar a então área da Promessa em seu Porto Seguro.

Inicialmente foram 120 famílias que ocuparam a área da Fazenda Balão II e nenhuma tinha vivenciado a experiência de viver e morar em acampamentos. Todas elas moravam na cidade de Marabá e sobreviviam basicamente realizando trabalhos informais como vendedores ambulantes, diaristas e não possuindo empregos com carteira assinada. A maioria

delas era originária do estado do Maranhão e de outras regiões do próprio estado do Pará. Em suas trajetórias de vida todas as famílias possuíam um histórico familiar de atuação em áreas rurais, mas nenhuma família tinha possuído um pedaço de terra anteriormente. Essas famílias compunham o grande número de desterritorializados de terra e desempregados da cidade, fazendo parte das estatísticas dos trabalhadores da informalidade.

A procedência urbana das famílias em atividades de cunho individual e sem relação com a produção da terra fez com que o grupo tivesse maior dificuldade de se organizar coletivamente, o que já é intrínseco de famílias camponesas cuja dinâmica de mutirões contribui para o desenvolvimento de uma mentalidade mais coletiva.

Desta forma, as famílias foram auxiliadas desde o acampamento pela CPT, STTR de Marabá e FETAGRI no processo de organização por meio de atividades formativas como palestras, cursos, seminários, visitas de acompanhamento, entre outras. Essas entidades contribuíram ainda com as questões jurídicas envolvidas na regularização fundiária do atual PDS Porto Seguro.

Para facilitar a organização interna no acampamento foram constituídos cinco grupos, compostos por cerca de 20 a 25 famílias cada, com dois coordenadores por grupo, que tinham a responsabilidade de promover os debates e levar as demandas das famílias para a coordenação geral do acampamento.

A coordenação geral era composta por coordenadores de grupos e dois dos primeiros coordenadores, que iniciaram a organização das famílias em frente ao INCRA-SR/27, Sr. Manoel Dragão e Sr. Raimundo. Atualmente nenhum deles faz parte do grupo de famílias que estão assentadas no PDS.

Após um tempo de acampamento, as famílias dividiram-se em dois grupos: um composto por 37 famílias, que tinham maior afinidade para desenvolver atividades com sistemas de cultivos e permaneceram na Fazenda Balão II, e outro grupo composto por 83 famílias, com maior afinidade e desejo para desenvolver atividades com sistemas de criação, principalmente de gado, que ocuparam uma segunda fazenda nas adjacências da fazenda ocupada, conhecida como Fazenda Mutamba.

A Fazenda Mutamba também era de propriedade do Fazendeiro Aziz Mutran e já vinha de um processo de disputa entre o proprietário e trabalhadores rurais sem terra. Em 1998 a fazenda foi ocupada pela primeira vez por trabalhadores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Desde então, várias outras ocupações foram realizadas por diferentes grupos e movimentos do campo, dentre eles a FETAGRI, MST e

FETRAF. No entanto, nenhum grupo conseguiu sua desapropriação, pois o fazendeiro Aziz Mutran nunca aceitou as propostas financeiras de aquisição do imóvel feita pelo INCRA.

As vistorias realizadas pelo INCRA constataram que era passível de desapropriação mas, mesmo assim a propriedade era considerada produtiva.

Em 2011 as famílias acampadas na Fazenda Mutamba foram remanejadas para a Fazenda Itacaiúnas, também no município de Marabá, onde atualmente encontram-se em processo avançado de regularização da área e criação oficial do assentamento pelo INCRA.

As 37 famílias que permaneceram na Fazenda Balão II, na condição de acampadas, passaram por dificuldades por conta da ausência de uma infraestrutura adequada. Para além das questões estruturais, a insegurança quanto a conquista da terra era um elemento permanente nas vidas das famílias, pois não havia garantias da regularização da terra a seu favor. Apesar disso, segundo Pereira (2013), os acampamentos configuram-se como espaço formativo:

Hoje, os acampamentos são também considerados, pelo movimento sindical assim como pelo o MST, espaços de formação de novas lideranças. Desde o início, eles contam com a participação de homens, mulheres, jovens e crianças. Ali, embora apareçam alguns problemas de relacionamento entre as famílias, como desentendimentos entre vizinhos, intrigas etc., o acampamento propicia trocas de experiências e solidariedade mútua. – p. 227.

Assim, para os movimentos sociais, bem como para o fortalecimento das estratégias de lutas dessas famílias de procedência urbana, era necessário desenvolver processos de auto-organização e construção de valores embasados nos princípios da coletividade, companheirismo e solidariedade, caso contrário o acampamento e posteriormente o assentamento não teria forças para se manter, bem como lutar por melhorias de suas condições materiais.

Uma das situações mais difíceis que as famílias enfrentaram foram os mandados de reintegração de posse, conseguidos na justiça pelo fazendeiro. No total, foram dois despejos judiciais, sendo o primeiro em 2005. Neste despejo, quando informadas, as famílias se organizaram e saíram da área antes da chegada dos policiais, montando um novo acampamento fora da área da fazenda. O segundo despejo aconteceu em 05 de abril de 2006 e, segundo as famílias, foi um dos momentos mais difíceis, pois foi uma ação realizada totalmente fora dos princípios humanitários, deixando algumas famílias emocionalmente abaladas e doentes, levando ao abandono do acampamento.

Esse despejo ocorreu no feriado municipal, aniversário da cidade de Marabá, em plena época de “inverno” e após uma noite chuvosa. As condições das estradas de acesso ao

acampamento e dentro da área eram péssimas, dificultando o transporte das famílias e de seus pertences.

... ninguém esperava que naquele dia o INCRA e a polícia chegava, é a gente não tinha estrada, a estrada que foi feito foi nossos pés, com bagulho e tudo, carregando coisa nas costa, de onde o carro deixou, era mais de mil metros pra gente carregar nas costas de bagulho, ai um pegava aqui, deixava ali e outro já levava pra lá, não sabia de quem que era as coisas, mas a gente pegava, era aquela parceria, todo mundo ajudava um ao outro até chegar a beira do rio, nesse dia, foi um dia de fome..... se nos tava com elas no fogo fazendo o chá ou café alguma coisa, tinha que jogar fora o objeto, tinha que passar o dia com fome porque não tinha como fazer, e os carro que eles levaram era um girico, que era pra nós colocar nossas coisas em cima e eles levavam ate um certo lugar, dentro da fazenda do Diamantino, pra desocupar a área, daí então, lá eles jogavam de qualquer forma, quebravam o pouco que nós tinha, e muitas galinha morreram na época, muita geladeira foi destruída, os pote, balde, tudo, destruíram naquela época, fogareiro que era os fogão que a gente tinha carregado, que pra nós tinha um grande valor, e assim nós vencemos - Maria Lindalva ( assentada, entrevista cedida em.05 de abril de 2018)

Podemos observar nas fotos 1,2 e 3, as famílias tentando se organizar com seus pertences para poderem sair da área. Observa-se também as péssimas condições das estradas que as famílias tiveram que percorrer até o local onde um caminhão esperava para transportá-los até a cidade.

Foto 1 - Famílias organizando seus pertences, para saírem do acampamento.



Fonte: Arquivo pessoal – Maria Lindalva (2006)

Foto 2 - Córrego que transbordou devido à chuva



Fonte: Arquivo pessoal – Maria Lindalva (2006)

Foto 3 - Condições dos ramais de acesso ao acampamento



Fonte: Arquivo pessoal – Maria Lindalva (2006)

Nas fotos 1, 2 e 3, podemos observar o esforço das famílias em organizarem seus pertences para poderem desocupar a área e podemos analisar as dificuldades que elas tiveram no transporte deles até o local onde estava os caminhões que iriam levá-las para cidade. Observa-se também condições das estradas de acesso, que estavam muito danificadas pelas constantes chuvas que estavam ocorrendo na região, dificultando ainda mais a saída das famílias.

Em 2008 foi lançado o Manual de Diretrizes Nacionais para Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva, publicado em 11 de Abril de 2008 pela Ouvidoria Agrária Nacional, órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (hoje extinto). O manual regulamenta a execução de mandados de reintegração de posse, “despejos”, com objetivo de reduzir ao mínimo os impactos físicos e psicológicos sobre as pessoas envolvidas. Segundo o manual:

As ordens judiciais serão cumpridas nos dias úteis das 6 às 18 horas, podendo este horário ser ultrapassado para a conclusão da operação. A autoridade policial responsável comunicará o cumprimento da medida judicial aos trabalhadores, ao requerente e aos demais envolvidos com antecedência mínima de 48 horas. A corporação responsável pelo cumprimento dos mandados judiciais de manutenção, reintegração e busca e apreensão, promoverá o planejamento prévio à execução da medida, inspecionando o local e colhendo subsídios sobre a quantidade de pessoas que serão atingidas pela medida, como a presença de crianças, adolescentes, mulheres grávidas, idosos e enfermos. (MDA, 2008, p.3)

Tomando-se como referência o manual é possível perceber que o despejo sofrido pelas famílias foi feito com uma série de excessos, potencializando a violência sobre as famílias, levando-as a problemas de ordem física e psicológica e conseqüente desistência da luta pela terra em alguns casos.

Após esse segundo despejo, as famílias em parceria com o STTR, FETAGRI e CPT decidiram por uma estratégia mais ofensiva sobre o Estado através da ocupação da sede do INCRA de Marabá, a fim de pressionar o órgão para maior celeridade no processo de desapropriação da fazenda para criação do assentamento. A ocupação do INCRA durou cerca de trinta dias. Observa-se nas fotos 4 e 5, obtidas do arquivo pessoal de Maria Lindalva, as famílias ocupando a sede do INCRA em Marabá.

Foto 4 – Famílias acampadas na sede do INCRA em Marabá



Fonte: Arquivo pessoal Dona Lindalva (2006)

Foto 5 – Famílias acampadas na sede do INCRA em Marabá



Fonte: Arquivo pessoal Dona Lindalva (2006)

Segundo Pereira (2004), desde a década de 70 a ocupação de órgãos públicos era realizada como forma de pressão:

Quando algum despejo determinado pela justiça ocorria ou mesmo quando as negociações para desapropriação de áreas litigiosas não fluíam, as ocupações dos prédios públicos passaram a se transformar em fatos políticos importantes para pressionar o Governo Federal a reconhecer a gravidade dos conflitos e acatar as reivindicações dos trabalhadores.... (p.202)

Após três meses do despejo, as famílias voltaram a ocupar novamente a área do acampamento.

No início de 2007, as famílias, por iniciativa própria, contrataram um profissional para fazer o trabalho topográfico de divisão dos lotes e o perímetro total da área. Logo após, no dia 24 de fevereiro de 2007, as famílias realizaram o sorteio dos 37 lotes do acampamento marcando, assim, o fim da ocupação coletiva da área. Posteriormente, todas as famílias mudaram-se para dentro de seus lotes individuais, mas não deixaram de realizar e participar de ações coletivas que fortaleceram a organicidade do grupo.

Atividades coletivas como mutirões, troca de diárias, participação em assembleias mensais com o STTR e CPT continuaram acontecendo e não tiveram nenhum prejuízo com a ida das famílias para seus lotes.

Em 2014 as famílias acampadas na Fazenda Balão II tiveram uma outra ofensiva por parte do proprietário. Numa manobra jurídica - por sinal muito inteligente - o proprietário averbou a área da Fazenda Balão II como área de reserva legal de uma outra fazenda de sua propriedade impossibilitando, assim, a regularização oficial do assentamento. Essa situação foi revertida com o apoio da equipe jurídica da CPT e representantes da FETAGRI e STTR que se posicionaram contrários a essa manobra e conseguiram reverter a decisão.

No mesmo ano, em audiência pública realizada pelo INCRA-SR/27 com a participação de várias instituições públicas e privadas e demais representantes da sociedade civil, foi referendada a aquisição da Fazenda Balão II para fins de Reforma Agrária.

Em junho de 2015 o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro foi criado oficialmente pelo INCRA-SR/27 através de portaria publicada no Diário Oficial da União e, com isso, garantindo às famílias a segurança definitiva de que não seriam mais retiradas da área através de mandados de reintegração de posse.

No entanto, diferentemente dos padrões de assentamentos que vinham sendo criados na região sul e sudeste do Pará, o Assentamento Porto Seguro foi criado na modalidade PDS. Essa modalidade de assentamento denominada “Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, foi criada por meio da Portaria/INCRA/Nº477/99, publicada em 4 de novembro de 1999, que estabelece que o PDS é de interesse social e ecológico, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental.

Diante do cansaço e desejo das famílias de que o assentamento se regularizasse, estas aceitaram a modalidade PDS de assentamento; no entanto, não tinham noção clara sobre esse



modelo, fazendo com que a CPT assumisse o importante papel na discussão com as famílias sobre essa modalidade.

Essa modalidade de assentamento trouxe um outro elemento complicador às famílias, pois além das mesmas não terem experiência na produção agrícola, elas teriam de aprender a produzir com a mata em pé, num sistema agroextrativista de produção.

Atualmente, entre as modalidades de Assentamentos criados pelo INCRA estão: Projeto de Assentamento Federal – PA; Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE; Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS; Projeto de Assentamento Florestal – PAF; Projeto de Assentamento Casulo – PCA e Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável – PDAS.

De acordo com Alencar (2016), o desmatamento parece estar intimamente ligado a algumas das principais categorias dos projetos de assentamento existentes na Amazônia, historicamente grande parte do desmatamento a partir de 1997 ocorreu nos PAs. Assim fica claro que a categoria ambientalmente diferenciada cumpre o papel dos assentamentos de reforma agrária sem colaborar com o aumento do desmatamento (p. 51).

O Plano de Uso – PU do PDS Porto Seguro é composto por 90 itens, elaborado por representantes do INCRA, Associação do PDS, IBAMA e Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA, de Marabá, procura estabelecer uma série de critérios e procedimentos que deverão ser seguidos e desenvolvidos dentro da área. Dentro desses itens, procurou-se definir as diferentes funções entre moradores, associação do assentamento e INCRA.

Um dos principais elementos que consta no PU refere-se às estratégias produtivas que devem ser adotadas dentro da área, bem como as regras que definem a utilização de áreas de uso comuns, aceitação de novos moradores, intervenções agroextrativistas, entre outras.

Nas intervenções agroextrativistas, um dos itens que se destacam refere-se a utilização de defensivos e insumos agrícolas: “Fica proibida a utilização de defensivos e demais insumos agrícolas que não respeitem os princípios da produção agroecológica”. (PU – pag.14)

“O não cumprimento do presente Plano de Utilização significa quebra de compromisso do morador de utilizar o PDS de modo a conservá-lo para seus filhos e netos, tal como o recebeu e poderá resultar na perda dos direitos de uso por parte do infrator” (PU – pag.18).

Na região Amazônica, em 2001 foi criado o primeiro PDS, localizado no município de Mâncio Lima no estado do Acre, denominado PDS São Salvador. Já no estado do Pará, em 2002, destaca-se a criação de quatro PDSs no município de Anapu (PDS I e II, denominados

PDS Esperança, e PDS III e IV, denominados PDS Virola Jatobá), conhecidos mundialmente pelo assassinato da Freira Missionária Dorothy Stang (em 11/02/2005).

### **1.1 - Ações coletivas**

As ações coletivas e mobilizações dos assentados não se esgotaram após a conquista da terra, pois ainda seria necessária a luta para permanecer no lote e conseguir infraestrutura de estradas, escola e a criação de uma associação para organização política e da produção.

Atualmente o PDS Porto Seguro possui cerca de 9 km de estrada, conhecida como Vicinal 21 de Junho, que dá acesso a todos os lotes do assentamento. A construção e manutenção dessa vicinal é custeada coletivamente pelas próprias famílias que residem no assentamento.

A fim de garantir educação dentro do assentamento, a comunidade construiu o prédio da escola, sendo uma exigência da própria Secretaria Municipal de Educação - SEMED para que fosse ofertado o ensino básico dentro do assentamento.

[...]e a escola tá pronta pra receber, no piso, coberta, tampada, banheiro, tem tudo. Da forma que pediram a gente fez. Foi nós mesmo, fizemos com nossas próprias forças, da forma que na época a Lorena que tava na direção, ela falou: “nós queremos três salas, nos queremos uma salinha pra cozinha, queremos uma área de serviço no fundo com palha pra ficar mais fresquinho dentro da escola, nos fizemos, o banheiro, uma caixa d água, água encanada” nos fizemos, agora tem até energia e não tem aula, ta fechada. E lutamos já fomos até no ministério público, mas ela defende e diz que não tem aluno”. (Maria Lindalva, assentada, entrevista cedida em 05 de abril de 2018.)

Observa-se no relato de dona Lindalva o esforço das famílias para viabilizar o funcionamento da escola no acampamento. Entretanto, sob justificativa de não haver quantitativo suficiente de educandos para a manutenção da escola, cerca de 25 crianças e jovens deslocam-se todos os dias por aproximadamente 15km por meio do ônibus escolar para ter acesso à educação e, desta forma, a estrutura construída não está sendo utilizada.

O transporte escolar é ineficiente e não garante a presença dos jovens na escola pois, dependente das condições das estradas e manutenção frequente, por muitas vezes ao longo do ano os jovens ficam sem ir à escola.

Além da vicinal e da escola, as famílias também construíram a sede da associação, denominada Casa de Jacó, onde são realizadas as reuniões e assembleias da associação e demais atividades que demandam um espaço mais amplo para sua realização. A Associação dos Pequenos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Porto Seguro – ASPEAGRI foi fundada no ano de 2015. A associação mantém mensalmente, ou quando

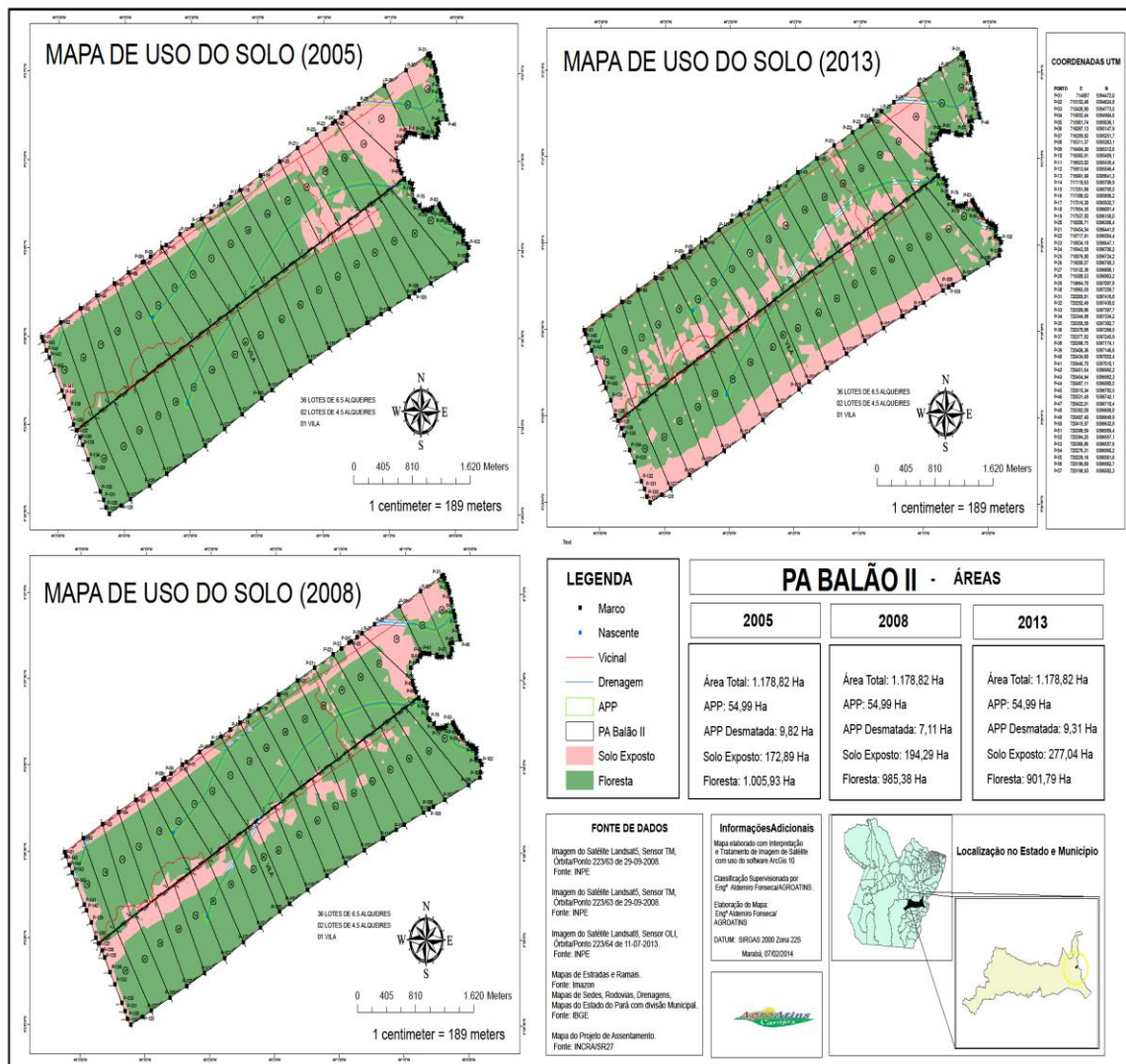
necessário, reuniões entre os associados e conta ainda com a assessoria da CPT, STTR e FETAGRI. Assim, a estrutura física da associação, bem como a personalidade jurídica da mesma, garante um espaço e meios para a articulação política da comunidade e organização dos assentados. Atualmente as 37 famílias que são cadastradas no INCRA e residem no PDS Porto Seguro são, em sua maioria, oriundas dos estados do Pará e Maranhão.

Cerca de 50% dos moradores do PDS participaram desde o início da ocupação, vivenciando os processos que envolveram a conquista pela terra.

## **1.2 – Recursos naturais**

O conjunto de normas e diretrizes que regulamenta a modalidade do assentamento rural, havendo a obrigação por parte dos assentados em manter preservada a mata, molda a forma de uso e ocupação do solo, bem como as estratégias produtivas adotadas. Assim, a mata preservada constitui-se num recurso valioso a ser utilizado para o bem estar social, ambiental e econômico. Atualmente cerca de 70% da área do PDS é coberta por mata primária (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de uso e cobertura do solo do PA PDS Porto Seguro.



Fonte: Empresa de Assistência Técnica – AGROATINS

As formas de produção empregadas pelos assentados garantem à mata uma considerável riqueza de espécies vegetais e animais (Quadro 1).

Quadro 1 – Espécies Vegetais encontradas no PDS.

<b>Espécies Florestais (nome popular)</b>	<b>Nome Científico</b>
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>
Amarelão	<i>Euxylophora paraensis Hub.</i>
Andiroba	<i>Carapa guianensis Aubl</i>
Angelim	<i>Hymenolobium sp. Ducke</i>
Bacaba	<i>Ocencarpus bacaba Mart.</i>
Barrote	<i>Tetragastris panamensis</i>
Babaçu	<i>Orbinaya Phalerata Martius</i>
Canela	<i>Cinnamomum Zeylanicum Breyn</i>
Castanha do Pará	<i>Bertholletia escelsa H.B.K.</i>
Cedrerana	<i>Cedrelinga catenaeformis Ducke</i>
Cedro	<i>Cedrela odorata L.</i>
Copaíba	<i>Copaifera reticulata Ducke</i>
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum (Willd. Ex Spreng.) Schum.</i>
Estopeiro	<i>Cariniana sterellensis (Raddi) Ktze</i>
Inharé	<i>Helicostylis podogogyne</i>
Ipê	<i>Tabebuia sp.</i>
Jatobá	<i>Hymenaea sp.</i>
Maçaranduba	<i>Manilkara sp.</i>
Melacieiro	<i>Alexa grandiflora Ducke</i>
Sumaúma	<i>Ceiba pentandra</i>
Taúba	<i>Mezilaurus itauba (Meissn.) Taub.</i>

Fonte: quadro construído pelo pesquisador

Quadro 2 – Espécies animais

<b>Animais/Aves (nome popular)</b>	<b>Nome científico</b>
Arara vermelha	<i>Ara macao</i>
Beija-flor	<i>Hylocartis cyanus</i>
Bem-te-vi	<i>Pitangus sulfuratus</i>
Bicho-preguiça	<i>Bradypus tridatylus</i>
Borboletas	<i>Chaetodon spp</i>
Camaleão	<i>Iguana iguana</i>
Capivara	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>
Cutia	<i>Dasyprocta azarae</i>
Gato-do-mato	<i>Felis wiedii</i>
Gavião	<i>Micrastur ruficollis</i>
Jabutí	<i>Geochelone carbonaria</i>
Jacaré	<i>Caiman crocodilus</i>
Jacu	<i>Penélope superciliaris</i>
Macaco-guigó	<i>Alouatta caraya</i>
Paca	<i>Agouti paca</i>
Papagaio	<i>Psitacus erithacus</i>
Pica-pau	<i>Picumnus spp.</i>

Porco-do-mato	<i>Tayassu tajacu</i>
Raposa	<i>Vulpes vulpes</i>
Tatu	<i>Tolipeutes matacus</i>
Veado mateiro	<i>Mazama</i>

Fonte: quadro construído pelo pesquisador

As espécies vegetais nativas existentes no PDS Porto Seguro são típicas de estruturas florestais densas com diferentes extratos vegetais, o que confere um ambiente adequado para diversas espécies animais que são sensíveis a ambientes muito antropizados.

A manutenção da fauna, e sobretudo da flora, garante a preservação de rios e córregos, como o Rio Taurizinho que é afluente do Rio Itacaiúnas. O relevo levemente ondulado juntamente com a preservação da mata faz com que a maioria dos lotes tenham córregos e nascentes. Tais condições permitem a manutenção da produtividade do solo, mesmo quando arenosos e de fertilidade média, como as do PDS porto Seguro.

### 1.3 – Sistemas produtivos e comercialização

No período de acampamento, as famílias implantaram uma roça de caráter coletivo de 60 hectares, onde foram plantados arroz, milho, feijão e principalmente macaxeira (Fotos 6 e 7). A principal finalidade dos cultivos era a alimentação das famílias residentes do acampamento. No mesmo período, iniciou-se também as primeiras criações de galinhas caipira para produção de ovos e carne e também para consumo próprio.

Foto 6 - Plantio de Arroz e Milho



Fonte: Arquivo fotográfico da CPT – 2005

Foto 7 - Plantio de arroz banana, macaxeira e milho



Fonte: Arquivo fotográfico da CPT – 2005

Além do cultivo para produção de alimentos, os assentados do PDS Porto Seguro cultivam ervas medicinais, em vasos ou pequenos canteiros, e hortaliças em canteiros e em alguns casos diretamente no chão dos quintais das residências das famílias. No Quadro 03 podemos observar as espécies cultivadas pelas famílias. Comumente cultivados pelas mulheres e muito utilizado no tratamento de doenças.

Quadro 3 – Principais Plantas Medicinais cultivadas pelas famílias:

<b>Espécies (nome popular)</b>	<b>Nome científico</b>
Boldo	<i>Peumus boldus Mol.</i>
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides Linné</i>
Cidreira	<i>Lippia Alba</i>
Capim Santo	<i>Cymbopogon citratus</i>
Gengibre	<i>Zingiber officinalis</i>
Romã	<i>Punica granatum</i>
Algodão	<i>Gossypium hirsutum L.</i>
Babosa	<i>Aloe vera</i>

Fonte: quadro construído pelo pesquisador

O extrativismo animal e vegetal também configuram-se como atividades importantes para a alimentação das famílias. Desde a época de acampamento até os dias atuais, a pesca e a caça de animais silvestres bem como a coleta de frutos de castanha-do-pará e açaí são realizadas frequentemente pelas famílias do PDS.

Após o sorteio dos lotes e a mudança das famílias para dentro de suas áreas, a realidade produtiva do assentamento começou a mudar, a partir do aumento da produção agrícola das famílias. Atualmente o tamanho dos lotes é de 30 hectares e as principais culturas agrícolas anuais implantadas são lavouras de milho, feijão, arroz e macaxeira. Outra atividade de bastante expressão dentro do assentamento é a produção de hortaliças e de macaxeira para venda *in natura* e produção de farinha.

A fruticultura também é uma atividade bastante desenvolvida dentro do PDS. As produções de banana, cupuaçu, cajá, caju, goiaba etc., contribuem significativamente com a renda das famílias através da venda de polpas e frutos *in natura*.

Apenas uma família do assentamento possui uma pequena criação de bovinos, sendo que os pequenos e médios animais como aves, suínos, peixes, caprinos e ovinos, são os mais criados entre os agricultores dentro do PDS.

Cabe ressaltar que muitos procedimentos produtivos e de uso dos recursos naturais existentes na área do PDS Porto Seguro estão pré-estabelecidos no Plano de Uso do Assentamento - PU, elaborado pelo INCRA, Associação do PDS, IBAMA e Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA, de Marabá.

Em sua configuração o Plano de Uso do Assentamento possui a seguinte conotação:

O presente plano servirá como guia para que os moradores realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social. O conceito de “sustentabilidade” é definido aqui como a implantação e consolidação de atividades produtivas que permitam a reprodução das espécies animais, regeneração completa das espécies vegetais e o reflorestamento das áreas desmatadas e que possibilitem que a população local viva em condições de crescente qualidade de vida e dignidade. (COSTA, 2016, p.8)

Em termos produtivos a própria configuração de modelo de assentamento adotado (PDS) traz consigo grandes desafios do ponto de vista de sucesso ou não dessa proposta. Primeiramente, porque foi uma modalidade imposta às famílias e, com isso, tiveram que adotar um modelo produtivo baseado na conciliação da produção com a preservação dos recursos naturais existentes em seus lotes, diferenciando-se da maioria dos assentamentos da região, principalmente no que se refere à conversão à pecuária. Segundo Alencar (2016, p.65) “A pecuária é uma atividade presente na grande maioria dos assentamentos, pois é uma atividade de baixo custo, fácil implantação e mercado seguro”, sendo também “a principal atividade apoiada por programas de fomento à produção, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e o Fundo Constitucional do Norte (FNO).



No período de acampamento, a comercialização era pouco realizada, pois a produção existente era para consumo das famílias. Atualmente ela é realizada de forma individual na cidade de Marabá. Algumas famílias estabelecem contratos para comercialização de seus produtos, vendendo para atravessadores ou para pequenos restaurantes. Outras realizam a venda direta para os consumidores nos espaços das feiras livres existentes em Marabá, que acontecem semanalmente. Essa comercialização realizada nas feiras será mais detalhada no próximo capítulo desse trabalho.

Mesmo com pouca produção na época de acampamento a CPT iniciou o debate sobre a diversificação da produção dentro dos futuros lotes das famílias. Palestras, minicursos e até mesmo visitas de intercâmbio foram realizadas com as famílias com o objetivo de mostrar a possibilidade de desenvolver atividades produtivas de forma diversificada dentro dos estabelecimentos familiares.

A adoção desse modelo de produção pautado em práticas e ações agroecológicas ainda está em curso. O conjunto de famílias, juntamente com a CPT, continua realizando diversas atividades de capacitação e formação no Assentamento, adotando metodologias pedagógicas específicas e estratégicas na execução das mesmas. É sobre esse processo metodológico e seus resultados iniciais que iremos nos aprofundar nesse trabalho de pesquisa.

## **CAPÍTULO 2 – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA CPT**

O segundo capítulo desse trabalho traz inicialmente uma breve caracterização da CPT a partir dos principais elementos que fundamentam sua atuação no PDS Porto Seguro, descrevendo um pouco de seu histórico, suas concepções e aportes teóricos, com objetivo de ajudar a compreender as ações da Comissão Pastoral da Terra numa perspectiva emancipadora pautada nos ensinamentos de Paulo Freire.

Nesse capítulo apresentamos duas linhas principais de formação - Técnico-Produtiva e Formação Política-Organizativa, desenvolvidas com as famílias do PDS. As formações realizadas sempre tiveram como ponto de partida a leitura da conjuntura atual que demonstra claramente o objetivo de propiciar aos agricultores a capacidade de perceberem e avaliarem criticamente a realidade onde estão inseridos, permitindo análises críticas de situações locais vinculando-as a uma realidade mais global.

Outro elemento importante presente nesse segundo capítulo refere-se ao esforço de formação de parcerias entre a CPT e outras instituições, que posteriormente irá pautar as ações das famílias do PDS Porto Seguro. As parcerias com outras instituições permitiram a realização de formações diversas, com destaque à questão agrária brasileira que objetivava incentivar a luta pela posse da terra e fortalecer a autonomia e o protagonismo das famílias do PDS.

Nesse capítulo também procuro destacar o esforço coletivo para formação de sujeitos capazes de contribuir com a própria comunidade e com outros agricultores da região. O esforço para o surgimento de lideranças na comunidade é um dos elementos chaves constantes nesse capítulo, tanto entre os acampados como de seus filhos que foram incentivados a estudar em instituições de ensino como o Instituto Federal do Pará - IFPA - Campus Rural de Marabá, que atua especificamente com as populações do campo.

Destacam-se também nesse capítulo as ações realizadas no tocante ao incentivo à implantação de sistemas de produção pautados nos princípios agroecológicos e estratégias de comercialização da produção das famílias, abordando os esforços realizados pelo conjunto de instituições parceiras e pela própria comunidade, bem como destacando inicialmente algumas transformações ocorridas no meio rural brasileiro a partir da década de 50 e 60.

## 2.1 – Breve histórico e caracterização da CPT

A CPT foi criada em um contexto em que a região estava imersa na violência e em conflitos envolvendo a disputa pela terra, sendo vitimados principalmente indígenas e trabalhadores rurais, bem como espoliação dos territórios. Assim, em 1975 a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos (CNBB) decide realizar uma reunião para a compreensão das problemáticas regionais e, a partir desta, propor ações. “O encontro terminou com algumas propostas, entre elas a de se constituir uma comissão de terras que interligasse, assessorasse e dinamizasse os que trabalhavam em favor dos homens sem-terra e dos trabalhadores rurais. Em reuniões subsequentes para dar corpo à comissão, acabou-se por nomeá-la Comissão Pastoral da Terra. Hoje a CPT está organizada em 21 seções regionais, com equipes de base em várias dioceses.” (CALDART et al., 2012, p. 131).

Nessa mesma década a região de Marabá, é decretada como área de segurança nacional, como estratégia militar para combater um grupo de jovens ligados ao Partido Comunista do Brasil – Pcdob, que se instalam na região do Araguaia como forma de resistência à ditadura militar que estava em vigor no país, dando origem a um dos episódios mais sangrentos dessa região conhecida nacionalmente como Guerrilha do Araguaia.

Em nível estratégico, a irrupção da "guerrilha do Araguaia" na área de Marabá, nos primeiros anos da década de 70 e a importância que o Estado deu à sua repressão entre 72 e 74, envolvendo nela 10 a 20.000 soldados e implicavam necessariamente um deslocamento do ponto de referência do poder regional para o nível nacional... o município de Marabá é considerado por decreto federal área de Segurança Nacional. É no interior desses acontecimentos que se insinua uma nova "liderança" oriunda da área de Segurança Nacional e estranha ao poder tradicional- o Major Curió. Comprometido com a violência instaurada quando da repressão à guerrilha, ele conseguiu impor-se ao controle do garimpo da Serra Pelada com uma mistura particular de repressão e paternalismo. (EMMI e MARIN, 1998, p.8)

Independentemente da região, as equipes de base da CPT têm definido de forma clara os povos do campo como sujeitos de suas ações, prestando um serviço educativo e transformador que possibilite aos sujeitos envolvidos uma reflexão constante sobre a realidade onde estão inseridos, problematizando-a e, a partir daí, agindo sobre esta realidade para transformá-la.

A problematização das questões em conjunto com os sujeitos envolvidos configura-se como elemento central nas ações da CPT. Numa perspectiva freireana, problematizar é

conseguir analisar de forma crítica a realidade das relações entre o ser humano e o mundo a fim de transformá-la, o que só é possível por meio do diálogo.

Entretanto, problematização e ação a partir do diálogo são habilidades que precisam ser construídas nos sujeitos; desta forma, a CPT ao longo de seus 43 anos de fundação tomou os processos de formação como sendo uma de suas principais estratégias de atuação junto aos povos do campo. Essa mesma perspectiva também foi observada por Jadir de Moraes Pessoa, professor na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás - UFG e integrante da Comissão Nacional de Formação da CPT, que relata que a “A CPT, desde o primeiro momento entendeu como uma de suas principais tarefas o trabalho de formação dos camponeses e camponesas e trabalhadores e trabalhadoras rurais com os quais atua.” (PESSOA, 2015, p.82)

Porém, não se tratava de qualquer formação mas, sim, uma formação dentro de uma perspectiva emancipatória e libertadora, onde as pessoas pudessem ter condições de avaliar as diferentes realidades e agir sobre elas de forma crítica e consciente do próprio papel na sociedade. Segundo Libâneo (2010, p 31), “Essa perspectiva emancipatória, contribui para trazer um olhar crítico sobre a sociedade capitalista, analisando-a como um sistema de classes, na busca de fomentar uma consciência acerca do papel político e econômico que a maioria da população exerce nesta sociedade”. Assim, a formação emancipadora dos sujeitos contrapõe o modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, dá a oportunidade dos sujeitos pensarem outras formas de desenvolvimento pautados na igualdade social.

Em Marabá, a CPT foi fundada em 1976, trazendo consigo tais princípios de atuação e considerando as especificidades regionais e das comunidades atendidas por ela. Neste sentido, as principais atividades realizadas (práticas pedagógicas) pela equipe da CPT de Marabá na atuação com as famílias do PDS Porto Seguro são bastante diversificadas, mas todas possuem um caráter formativo e informativo e com sua essência emancipatória e libertadora.

A equipe da CPT que atuou no início da ocupação do PDS Porto Seguro era composta por seis agentes pastorais: 02 advogados, 01 historiador, 01 pedagoga, 01 técnico em agropecuária e 01 técnico-administrativo.

A atuação da equipe sempre foi precedida de um detalhado processo de planejamento, monitoramento e avaliação das atividades (PMA), estabelecendo-se perspectivas de resultados a curto, médio e longo prazos, bem como as parcerias necessárias e alocação de recursos financeiros.

O custeio de suas ações com o pagamento do salário de seus agentes e despesas correntes como energia, água, manutenção de veículos etc., é feito através de cooperações internacionais, basicamente com duas instituições: MISEREOR<sup>1</sup> e CAFOOD<sup>2</sup>.

## **2. 2 – A atuação da CPT no PDS Porto Seguro**

No período de acampamento, enquanto as famílias encontravam-se todas no mesmo local, priorizou-se o “trabalho de base”, que segundo Peloso (2009, p. 31) “as convicções do trabalho de base se traduzem no respeito ao povo, no carinho aos iniciantes, no cumprimento dos acertos coletivos, na capacidade de tomar iniciativas, na coragem de encarar os desafios e nos gestos de indignação, entusiasmo e celebração”. Assim, em sua atuação no PDS Porto Seguro, a CPT buscou visitar constantemente o acampamento com o objetivo de criar unidade entre os membros das famílias, incentivando a ajuda mútua entre os vizinhos, trabalho coletivo, ações conjuntas e auto-organização.

Essas visitas tinham como objetivo trazer ânimo às famílias e manter viva a esperança de conquistarem um pedaço de terra.

As visitas permitiram o estreitamento de relações de confiança entre a equipe da CPT e as famílias, trazendo um sentimento de segurança às famílias através da assessoria dada a estas. O vínculo criado entre os(as) acampados(as) e os membros da equipe da CPT eram facilitadores nos processos de formação.

O estreitamento das relações humanas foi fundamental ao considerarmos o contexto do acampamento, como já mencionado no primeiro capítulo, onde as condições eram precárias, mas sobretudo considerando a procedência urbana das famílias que, em geral, possuem resiliência menor em relação às famílias de origem camponesa. Criou-se, dessa forma, condições para as famílias enfrentarem as situações adversas e, através da coletividade e solidariedade, analisá-las e superá-las de forma organizada, configurando-se como uma estratégia de fortalecimento da união dos acampados e de resistência no processo de luta pela posse da terra.

---

<sup>1</sup> MISEREOR é a Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Desde há mais de 50 anos, MISEREOR está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. A ajuda de MISEREOR dirige-se a todas as pessoas que sofrem necessidade – independentemente da sua religião, raça, cor ou sexo.

<sup>2</sup> CAFOOD - A Agência Católica para o Desenvolvimento no Exterior, anteriormente conhecida como o Fundo Católico para o Desenvolvimento no Exterior, é a agência de ajuda católica da Inglaterra e do País de Gales. É uma agência de ajuda internacional que trabalha para aliviar a pobreza e o sofrimento nos países em desenvolvimento.

Segundo COSTA (2019) [...] “a resiliência camponesa é social e cultural, envolve sentimentos, identidades, pertencas e saberes que permitem/propiciam aos camponeses se reerguerem das tensões e continuarem enraizados ao lugar, mantendo seus jeitos de viverem. Constatamos também, que as diversas parcerias se tornam importantes estratégias de fortalecimento das relações comunitárias” (p.135).

Por serem famílias de procedência urbana, foi necessário criar nessas famílias os sentimentos de pertença à terra, a identidade camponesa e o desenvolvimento de saberes a partir das vivências dos sujeitos tornando-as mais resilientes, o que permitiu a superação das dificuldades e tensões psicológicas inerentes aos despejos ocorridos e demais dificuldades enfrentadas.

Para contribuir ainda mais nesse processo de resistência, a CPT promoveu vários momentos formativos com as famílias do PDS Porto Seguro. As formações eram diversificadas, visando a construção de processos que viessem a contribuir para a conquista e permanência das famílias na terra. Assim, foram promovidas formações política-organizativas, que perpassavam pelo debate formativo sobre direitos constitucionais, auto-organização, gênero, questões ambientais etc., e momentos de formação técnico-produtiva onde foram realizadas diversas atividades para implantação de módulos produtivos dentro de uma perspectiva agroecológica e também debatidos assuntos relacionados à comercialização da produção, envolvendo reflexões sobre cooperativismo e associativismo.

Essas duas linhas de atuação foram constituídas por diferentes atividades e objetivos específicos, uma interligada com a outra, visto que a organicidade da comunidade contribuiria com o debate produtivo e assim sucessivamente.

### **2.2.1 - Formação Técnico-Produtiva**

Antes de adentrarmos diretamente nas atividades formativas realizadas pela CPT na linha técnico-produtiva desenvolvidas no PDS, é necessário fazer uma breve contextualização histórica sobre algumas transformações ocorridas no meio rural brasileiro relacionadas com as perspectivas de produção, assistência técnica e extensão rural.

Nas décadas de 1950 e 1960, impulsiona-se no meio rural a disseminação de novas tecnologias agrícolas, também denominadas semanticamente como modernização do campo, pautada principalmente na utilização de sementes geneticamente modificadas, fertilizantes e venenos (agrotóxicos) para controle de pragas e doenças das lavouras. Além disso, para completar os chamados pacotes tecnológicos existiam os incentivos governamentais para o desenvolvimento da mecanização agrícola.

Caporal e Costabeber (2014), ao analisar esse processo de modernização no Rio Grande do Sul, destacam que os resultados alcançados em relação aos índices de produtividade na maioria dos cultivos agrícolas, principalmente naqueles monocultivos destinados à exportação, são notórios. Por outro lado, segundo os autores, apreciam-se também os efeitos incontrolados e indesejáveis inerentes ao modelo, como a concentração da terra, o aumento da diferenciação social no campo, a exclusão e o êxodo rural de massas de camponeses. Ademais, este modelo desenvolvimentista levou à um fenomenal processo de deterioração ambiental, sem precedentes históricos (p. 49).

Essa modernização, também conhecida como “Revolução Verde”, trazia consigo a propaganda ou promessa de acabar com a fome e a pobreza no meio rural e foi amplamente impulsionada pelos serviços difusionistas realizados pelas equipes de Extensão e de Assistência Técnica da época, que eram incumbidos de levar essas novas tecnologias e modelos produtivos aos agricultores.

Ainda segundo os autores, a atuação dessas equipes de extensão rural e de assistência técnica dentro dessa perspectiva de modernização não tinha nenhuma preocupação em estabelecer com os agricultores um processo educativo pautado no reconhecimento de saberes e na troca de conhecimentos.

Para nos ajudar a compreender ainda mais a atuação dessas equipes e a diferenciação entre elas, Peixoto (2008, p. 7) afirmou que:

Extensão rural significaria, num sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural....Neste caso, a extensão rural difere conceitualmente da *assistência técnica* pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural.

A análise da atuação dessas equipes de assistência técnica e extensão rural no desenvolvimento desses modelos convencionais fez com que os autores Caporal e Costabeber (2014) recomendassem uma ruptura com esse modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de Inovações e nos tradicionais pacotes da “Revolução Verde”. Afirmaram principalmente a necessidade do desenvolvimento de uma nova extensão rural, indicando suas possíveis metodologias e propostas de desenvolvimento pautadas nos princípios da agroecologia.

Dentro desta mesma linha de pensamento, segundo os autores, o público prioritário de intervenção de uma nova extensão rural deveria ser constituído prioritariamente por aqueles que exploram suas unidades de produção com força de trabalho familiar.

Além do público prioritário, Caporal e Costabeber destacam em suas concepções o papel que os extensionistas deveriam ter dentro de uma nova perspectiva de extensão rural:

O extensionista deverá passar a entender o *público* como sujeito da história, respeitando e potencializando sua cultura e seus conhecimentos, favorecendo a ação participativa do grupo familiar e da *comunidade*, em detrimento ao paternalismo e às soluções prontas. Ao contrário do modelo *problem-solving*, característico dos planos e projetos extensionistas, a nova extensão rural precisará fortalecer estratégias de valorização e uso adequado dos recursos naturais disponíveis e do potencial humano envolvido, de maneira a favorecer soluções endógenas mais adequadas, de menor custo e sustentáveis sob o ponto de vista econômico e ambiental. (p.14)

Seguindo essa mesma abordagem referente ao papel dos extensionistas, também trago um pouco das concepções de Paulo Freire sobre o assunto. Em sua obra “Extensão ou Comunicação?”, Freire afirma que o papel do técnico extensionista deve ser de educador e não apenas de difusor! Uma nova extensão necessita de uma abordagem que vá além do simples ato de transferir algo!

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1983)

Diante das reflexões realizadas sobre o processo de modernização principalmente referentes aos aspectos produtivos e ao papel das equipes de assistência técnica e de extensão rural, posso afirmar que a atuação da CPT está orientada nas concepções de Paulo Freire referentes ao papel dos educadores, atuando dentro de uma perspectiva libertária e emancipatória. Bem como das concepções defendidas pelos autores Caporal e Costabeber, referentes ao desenvolvimento de propostas produtivas para o campo, pautadas na implantação de modelos produtivos sustentáveis.

Referente a isso, no campo da produção, por mais que ela não fosse a centralidade da atuação da CPT, como assim eu avalio, a temática sempre esteve presente de forma indissociável da luta pela posse da terra, tão bem desenvolvida pela CPT. Efetivamente esse apoio a produção revela a preocupação com a dimensão da permanência na terra. A percepção da fragilidade da política de reforma agrária na região que se reduzia a regularização fundiária, deixava as famílias em situações difíceis, sem qualquer assistência a saúde, educação e infraestruturas etc.-

A perspectiva da produção agrícola foi mais fortemente desenvolvida na região por outras instituições como Centro Agro-Ambiental do Tocantins - CAT, Fundação Agrária do



Tocantins-Araguaia - FATA, Centro de Estudo, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, Laboratório Sócio-agronômico do Tocantins - LASAT, quando comparadas com a atuação da CPT. Assim, a CPT não inaugura na região uma nova extensão rural voltada à produção, mas se associa a uma série de outras instituições que estavam a desenvolver esse processo, baseados principalmente nos aportes teóricos que dão sustentação a implantação de projetos de desenvolvimento sustentável tendo a agroecologia como pilar principal de sustentação de suas propostas.

Historicamente a Comissão Pastoral da Terra tem estabelecido parcerias com outras instituições. Essas parcerias contribuem significativamente para realização de diversas atividades, dentre elas as atividades formativas na linha técnico-produtiva. Posso afirmar que essas parcerias configuram-se como uma estratégia de atuação da CPT para alcançar seus objetivos, como pude perceber ao analisar alguns de seus relatórios e planejamentos referentes ao acompanhamento de diversas áreas de ocupação na região.

Dentro desse contexto, gostaria de destacar a parceria da CPT com o Centro Agroambiental do Tocantins - CAT. Na década de 1990, com o surgimento do Centro, esse processo de formação relacionado principalmente à questões técnicas produtivas foi bastante potencializado. Com o avanço das lutas camponesas conquistando áreas de assentamento, os próprios camponeses começam a manifestar preocupações relacionadas à comercialização dos produtos de suas lavouras, demandando dessas instituições uma maior atuação com essa temática.

Evidentemente que o CAT não foi criado apenas para resolver essa problemática. A formação política-organizativa, formações sindicais, dentre outras, configuravam um leque de atividades e ações em sua área de abrangência.

No entanto, um de seus legados principais foi conseguir aproximar os estudos e pesquisas acadêmicas à realidade camponesa, sem que nenhuma se sobrepusesse à outra, em grau de importância ou autonomia.

A criação do CAT, reforçou a atuação do conjunto de instituições (FETAGRI, CEPASP, LASAT, SDDH, CPT) em prol da organicidade e formação das lideranças das comunidades e fez também surgir outras instituições como é o caso da Fundação Agrária Tocantins-Araguaia - FATA; da Escola Família Agrícola - EFA e da Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins - COOCAT, que posteriormente se transformou na Federação das

Cooperativas do Araguaia Tocantins - FECAT, aglomerando um conjunto de sete cooperativas municipais.

A CPT, por sua vez, contribuiu significativamente no incentivo à atuação dessas instituições que, no campo produtivo, comungavam da mesma concepção para o trabalho e promoção do desenvolvimento de atividades produtivas a partir dos princípios agroecológicos.

Nesse sentido pude perceber que, para a CPT, a agroecologia vai além da simples resolução de problemas técnico-produtivos. Dentre as várias possibilidades de conceituações sobre a agroecologia que poderia usar, que pudessem se aproximar da lógica de atuação da CPT, optei em compilar esse conceito trazido no Dicionário da Educação do Campo.

Nessa concepção, “a agroecologia inclui: o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional”.... Compreende-se que ela seja inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação de territórios, pelas reformas agrária e urbana, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade. A agroecologia se insere, dessa maneira, na busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação de toda a vida..., sociedade na qual o objetivo final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação humana (-MICHELE e TONÁ. 2012, p. 67).

A partir dessa concepção de agroecologia, as formações técnico-produtivas juntos às famílias do PDS Porto Seguro iniciaram ainda no acampamento, antes mesmo da ida das famílias para seus lotes. Elas aconteciam em reuniões mensais, visitas individuais e por meio de eventos formativos específicos em diversas temáticas (Agroecologia, Sistemas Agroflorestais - SAF's, criação de pequenos e médios animais, utilização dos recursos naturais existentes nos lotes, etc.), sempre na perspectiva do incentivo às famílias para implantação de sistemas produtivos pautados na diversificação da produção e na agroecologia.

Como estratégia de apoio à implantação desses sistemas de produção, a CPT contribuiu com a implantação de Sistemas Agroflorestais por meio da distribuição de semente, sacos e mudas de essências florestais e espécies frutíferas da região, com destaque para doação de mudas de espécies frutíferas. Grande parte das mudas e sementes foram obtidas pela CPT através da parceria com a Secretária Municipal de Agricultura de Marabá.

Houve formação relacionada ao associativismo e cooperativismo na agricultura familiar, onde era trabalhado o coletivo do grupo de famílias do assentamento, incentivando

principalmente a formação de grupos de trabalhadores para realização da comercialização de seus produtos.

Assim, uma das estratégias amplamente incentivadas foi a promoção e organização da comercialização em feiras da agricultura familiar, possibilitando a venda direta aos consumidores. Por mais que no início da ocupação as famílias ainda não tivessem seus sistemas de produção implantados, algumas delas frequentavam as feiras para venderem alguns frutos coletados da floresta e também para conseguirem adquirir suas primeiras sementes.

Dentro desse debate sobre comercialização, a CPT também contou com a parceria da FECAT, organização que era responsável pelo beneficiamento e comercialização coletiva dos produtos oriundos das áreas de reforma agrária ligadas à FETAGRI, especialmente frutas.

A vinculação da FECAT junto aos trabalhos desenvolvidos pela CPT tinha como objetivo a otimização do processo de beneficiamento e de comercialização e as famílias do PDS foram incentivadas a estabelecer uma produção de frutas para serem comercializadas pela FECAT. Além disso, a presença da FECAT também facilitava a abordagem de temas relacionados ao cooperativismo e associativismo.

Como já mencionado acima, além da FECAT, a CPT também procurou incentivar a construção de espaços próprios para a comercialização dos produtos produzidos pelas famílias dos assentamentos e acampamentos. Em 2007, com a participação da FETAGRI e STTR de Marabá, foi criada a feira dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá, realizada em frente à sede do STTR, onde as famílias do PDS Porto Seguro tiveram e ainda têm a possibilidade de participar.

Inicialmente a proposta de funcionamento da Feira era mensal. No entanto, as famílias, por iniciativa própria em conjunto com a direção do STTR, resolveram realizá-la semanalmente.

Desde então, todos os sábados pela manhã é realizada a Feira dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, conhecida popularmente como a “A Feira do Sindicato”, onde as famílias vendem suas produções (milho verde, abóbora, macaxeira, galinhas, peixes, hortaliças etc.) e a população tem a possibilidade de ter acesso a produtos de boa qualidade produzidos na própria região.

Também destaca-se, dentro desse contexto, a contribuição da CPT na fundação da Cooperativa de Prestação de Serviços - COOPSERVIÇOS, com a finalidade de prestar assistência técnica em áreas de assentamentos de reforma agrária, através de convênios de

prestação de serviços com o INCRA - SR/27. A CPT incentivou sua criação no intuito de contribuir com a implantação de uma empresa de assistência técnica que pudesse atuar pautada também nos princípios da agroecologia, atuando de forma conjunta com os Sindicatos de trabalhadores rurais da região, FETAGRI, e outras instituições que também defendiam a luta e permanência na terra.

A equipe técnica da COOPSERVIÇOS também participou e promoveu, juntamente com a CPT, de momentos de formação técnica-produtiva para as famílias do PDS. Além disso, umas das estratégias pensadas foi a atuação da cooperativa em áreas de assentamento que foram acompanhadas pela CPT em sua fase de acampamento. Dentro dessas áreas destaca-se a atuação da COOPSERVIÇOS nos Assentamentos Gabriel Pimenta e Nova Esperança, pertencentes ao complexo de fazendas conhecido como Três Poderes, localizado na estrada do Rio Preto, zona rural do município de Marabá, e nos assentamentos José Dutra da Costa e Nova Vitória, ambos localizados na zona rural do município de Rondon do Pará. Essa mesma lógica de atuação da COOPSERVIÇOS foi pensada para as famílias do PDS Porto Seguro, após a sua regularização oficial pelo INCRA de Marabá.

Outra forma estratégica de estimular a implementação de sistemas de produção de base ecológica no PDS Porto Seguro foi o incentivo dado aos jovens do acampamento para ingressarem no curso técnico em agropecuária do Instituto Federal do Pará - Campus de Rural de Marabá - CRMB.

O CRMB é a primeira Escola Federal a adotar a metodologia da Pedagogia da Alternância, representando uma tentativa de assegurar o direito à escola aos povos do campo que atenda suas demandas e considere seus saberes e culturas no processo formativo. Para além da construção de prédios, ampliação de vagas, ofertas de cursos em diversos níveis e valorização docente, o desafio é o de construir uma proposta pedagógica e curricular que atenda aos princípios e perspectivas da educação do campo (PPP – CRMB, p. 16).

Assim, os jovens do assentamento foram estimulados a buscar uma formação técnico-científica nos moldes da agroecologia, com um calendário compatível com a própria realidade, de forma a aprimorar o sistema de produção, manutenção da forma de trabalho no lote e manutenção do vínculo dos mais jovens à terra.

### 2.2.2 – Formação Política-Organizativa

Grande parte das famílias do PDS Porto Seguro possui um bom conhecimento sobre os processos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Observa-se em alguns momentos de conversas informais e entrevistas com as famílias, principalmente no levantamento de informações para elaboração do primeiro capítulo desse trabalho, a utilização de algumas expressões que corriqueiramente não são utilizadas pela grande maioria das famílias de outras áreas de assentamento que conheço pessoalmente. Expressões como: “aqui era área improdutivo, passiva de desapropriação”; “A vistoria realizada pelo INCRA deu como área improdutivo”; “A fazenda não cumpria sua função social”, me fizeram investigar a origem desses conhecimentos.

Ao estudar os projetos e relatórios de atividades da CPT dos últimos dez anos, pude constata-se que uns dos objetivos de suas práticas pedagógicas na dimensão política era proporcionar aos acampados e acampadas um breve conhecimento sobre os processos de desapropriação de terras no Brasil, estudando principalmente as diferentes formas de obtenção de áreas, meios e ações legais que se desenvolvem durante todo o processo de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Essas formações também tinham como objetivo fazer com que as famílias conhecessem seus direitos e exigissem o cumprimento dos mesmos, exercendo protagonismo na defesa destes, ficando evidente, portanto, a origem do conhecimento das famílias.

Essa mesma metodologia também foi percebida e descrita PEREIRA (2013) em sua Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco:

Ainda, como parte da atuação da CPT, é possível constatar (...) o *trabalho de base no campo*, principalmente nas comunidades de posseiros, com o objetivo de animar e potencializar a luta dos trabalhadores pela posse da terra (...) se dedicavam à formação política dos trabalhadores com estudos sobre a estrutura sindical e agrária, participação das mulheres e dos jovens nos sindicatos, os direitos dos trabalhadores garantidos no Estatuto da Terra, no Código de Processo Civil e na Constituição etc. (p. 184).

A análise da conjuntura nacional, estadual e municipal possibilita a compreensão da realidade de forma mais crítica, contribuiu para que as famílias assistidas compreendessem situações complexas, tais como: Por que a reforma agrária não avança no Brasil? Quem se beneficia com isso? Quais os mecanismos utilizados para impedir esse avanço?

A análise conjuntural partiu de situações reais vivenciadas regionalmente pelos agricultores, desapropriações de áreas para criação de assentamentos, créditos, produção, entre outros. A aproximação com a realidade dos sujeitos facilita o entendimento das famílias

sobre a sua realidade e transformá-la de forma organizada e coletiva, segundo as FREIRE (1982, p.27): “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la, e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias”.

Os processos de desapropriação de áreas para fins de reforma agrária, além de serem elementos conhecidos pelas famílias, o aprofundamento sobre o tema também tinha como objetivo retirar das famílias o sentimento de culpa por estarem ocupando a área da fazenda, o que era feito a partir do entendimento da função social da terra e, principalmente, por ser uma estratégia de sobrevivência das próprias famílias.

A partir da leitura de documentos internos da CPT, percebe-se que as formações políticas e organizacionais foram articuladas com outras instituições a nível local, nacional e internacional, com objetivo de ampliar o campo de conhecimento, com ênfase no campo jurídico (Direito Agrário, Direito Ambiental, Direito Trabalhista etc.). Algumas instituições que fizeram parte desse processo foram: ONG Repórter Brasil, Movimento Humanos Direitos, Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - OEA, Justiça Global e Grupo de Articulação Interinstitucional de Erradicação do Trabalho Escravo GAET.

No processo de formação e informação as famílias eram constantemente envolvidas na mediação com os órgãos responsáveis pela Reforma Agrária. Frequentemente suas lideranças participavam de reuniões, assembléias e audiências externas ao acampamento com representantes do INCRA, Ouvidoria Agrária Nacional, Justiça Federal e Ministério Público.

Os documentos internos apontam também, que a CPT não atuava apenas no acompanhamento das famílias do PDS Porto Seguro, mas atua também na assessoria de várias outras áreas em parceria com os movimentos sociais do campo, facilitando a realização de atividades formativas envolvendo representantes de todas as áreas assistidas e também na mobilização de atividades coletivas como audiências, atos públicos, passeatas etc.

Ao longo do processo de ocupação da área até a sua desapropriação, a região de Marabá viveu o auge da atividade siderúrgica. Entre os anos de 2000 a 2010 instalaram-se cerca de 12 siderúrgicas/guseiras no município aumentando significativamente a demanda por carvão vegetal para fabricação de ferro gusa e, com isso, aumentando a pressão sobre as poucas áreas de mata existentes na região.

Essa mesma problemática foi refletida por Hébette (2004) em sua obra: *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*, o risco que os pequenos lavradores estavam passando com a implantação dessas guseiras.

A implantação de guseiras representou um novo alarme. Apoiadas em fortes incentivos oficiais, as siderúrgicas estimulavam a produção de carvão vegetal, apresentada como preciosa fonte de renda complementar para o pequeno lavrador; pipocavam na região baterias de fornos rudimentares para produção de carvão... desmatamento irracional, sedução enganadora do pequeno produtor, abandono das roças, entrega fácil da terras nas mãos dos especuladores... (Hébette, 2004, p. 85).

Foto 8 - Bateria de fornos rudimentares para produção de carvão na região de Marabá



Fonte: Arquivo da CPT, 2010.

Diante desta realidade, foram promovidas formações relacionadas ao Direito Ambiental por meio de reuniões, assembléias, visitas individuais, entre outros. As formações buscavam a conscientização para evitar que as famílias derrubassem a floresta para fabricação de carvão, preservando o meio ambiente e seus recursos naturais e, ao mesmo tempo, não prejudicassem todo o processo de desapropriação em curso, pois poderiam ser denunciadas por crime ambiental.

Com a proliferação das guseiras, que são reconhecidamente empregadoras de mão de obra escrava, foi necessário trazer formação às famílias que tratassem dos direitos trabalhistas, mesmo não havendo relatos de trabalho escravo dentro do acampamento. A formação tinha por objetivo capacitar as famílias a prestar assistência à outras famílias ou indivíduos em situação semelhante, incentivando-as a fazerem as denúncias através dos órgãos oficiais ou até mesmo à própria equipe da CPT. De acordo com os agentes da CPT, é fácil encontrar nas áreas acompanhadas trabalhadores que já passaram por essa situação e/ou conhecem alguma pessoa ou familiar que passou.

A partir da análise dos arquivos da CPT foi possível observar registros de diversas atividades específicas com as mulheres, relacionadas a questão de gênero e igualdade entre mulheres e homens, destacando-se temas como os direitos e a participação das mulheres nos espaços de decisão nas comunidades.

Nesse sentido, o processo de formação realizado no PDS Porto Seguro também contou com a realização desses encontros com as mulheres e com o incentivo à participação em encontros regionais. O dia internacional das mulheres, comemorado mundialmente no dia 8 de março, sempre foi marcado pela realização de mobilizações das camponesas dessa região. Em todas essas atividades, por intermédio da CPT, as lideranças femininas do PDS estiveram presentes, contribuindo para sua realização e refletindo sobre as temáticas abordadas.

Vale mencionar que foram realizados momentos específicos apenas com a participação das mulheres para debater temas específicos como “saúde da mulher”. Porém, essa temática foi constantemente abordada com toda a comunidade (mulheres e homens) como forma de conscientização para necessidade do respeito e valorização de cada um.

Outro elemento do processo formativo das famílias do PDS Porto Seguro eram os momentos de autoavaliação da própria atuação. A autoavaliação era realizada internamente e em conjunto com as famílias acampadas e instituições parceiras, constituindo-se numa das fases do processo de ensino-aprendizagem, pois permite a reflexão e problematização sobre as ações realizadas e replanejamento das estratégias e ações. Além disso, a autoavaliação fortalece o sentimento de confiança existente entre as famílias e a equipe da CPT.



## **CAPÍTULO 3 - REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS PELA CPT NO PDS PORTO SEGURO**

Neste terceiro capítulo pretendo apresentar os resultados das ações desenvolvidas pela CPT no PDS Porto Seguro a partir da análise documental, observações, vivências e de falas de algumas famílias do assentamento que participaram desse processo de luta pela posse da terra e permanência nela.

Nesse capítulo apresentaremos os avanços obtidos nas diversas linhas de atuação no campo formativo envolvendo aspectos produtivos e organizacionais da comunidade, além de destacar algumas situações que, na minha interpretação enquanto pesquisador e extensionista, ainda comprometem ou colocam em risco a consolidação dessa proposta, ou seja, quais os desafios que as famílias da comunidade ainda devem superar!

Procuo de forma simples, trazer agora não mais as ações promovidas pela CPT mas identificar as ações dos agricultores do PDS Porto Seguro que são fruto daqueles processos formativos. Os avanços aqui listados não devem ser considerados como um resultado único e exclusivamente originário do trabalho desenvolvido apenas pela CPT mas, sim, de um conjunto maior de instituições e parceiros que participaram dessa conquista e, sem sombra de dúvidas, do protagonismo das famílias do PDS que dedicaram e continuam a dedicar esforços para a conquista e manutenção de seus direitos.

### **3.1 - Avanços**

#### **3.1.1 – Políticos e Organizativos**

Antes de iniciarmos essa análise vale mencionar que a contribuição da equipe da CPT de Marabá às famílias do PDS Porto Seguro, nos moldes que se encontra hoje, irá seguramente ser encerrada. O surgimento de outras áreas de ocupação e a constituição de novos grupos de famílias em luta por um pedaço de terra para trabalhar e dela sustentar suas famílias, demandará da equipe da CPT uma maior dedicação. Ou seja, o acompanhamento da CPT nas áreas de acampamento encerra uma vez que as mesmas se encontram em estágio avançado de consolidação e autonomia, fazendo com que se priorize o acompanhamento a outros grupos que se encontram em situação de maior risco de vulnerabilidade social, iniciando, assim, mais um ciclo de luta pela posse da terra.

Aqui entende-se por áreas consolidadas aquelas que encontram-se regularizadas do ponto de vista documental, onde não há mais riscos das famílias serem retiradas de seus lotes

por ordens judiciais em decorrência de processos movidos pelos ex-proprietários das áreas; áreas onde minimamente as famílias encontram-se em bom estágio de organização interna com suas associações criadas e funcionando normalmente e áreas onde as famílias conseguem encaminhar suas próprias reivindicações junto a órgãos como INCRA, Secretarias Municipais, dentre outras, exercendo sua autonomia e protagonismo na defesa de seus direitos constitucionais.

A partir de ações coletivas, que envolveram até mesmo aporte de recursos próprios, as famílias do PDS Porto Seguro criaram a associação da comunidade. A forma como a associação foi criada e os múltiplos papéis que desempenha pode ser considerado um dos resultados dos processos formativos promovidos pela CPT. Além de facilitar a produção e comercialização, a associação vem contribuindo com a organicidade da comunidade e das regras do assentamento, apesar da entrada de novas famílias na área. Por meio da associação o Plano de Uso da Área tem sido mantido, fazendo com que as suas regras sejam seguidas.

A associação representa os interesses das famílias do PDS em órgãos como o INCRA, Secretaria de Educação do Município e outros, encaminhando suas demandas. Os conflitos internos da comunidade também são mediados pela associação, que mantém de forma organizada um cadastro de todos os moradores da área, onde constam as informações básicas para suas identificações e realiza reuniões mensais com toda a comunidade para o tratamento de diversas questões que envolvem a comunidade. Quando necessário, há representantes do STTR e da própria CPT nas reuniões.

Para além de uma atuação organizativa, política, produtiva e comercial do assentamento, a associação também promove formações, dando continuidade ao processo formativo iniciado pela CPT desde o início do acampamento. As formações possuem temáticas diversas, abrangendo também questões de gênero que são tratadas no âmbito da associação.

O processo formativo que busca a emancipação humana, para além de questões técnico-produtivas, tem transformado a vida dos sujeitos, como é o caso de dona Maria Eva, assentada e residente do PDS Porto Seguro desde o primeiro dia de ocupação da área.

a minha de vida de moça era no km 95 da Transamazônica, era de casa para o colégio e do colégio para roça, era assim minha vida. Cheguei na rua aí eu fui ser crente, aí era de casa pro serviço e pra igreja. A mãe ensinou nois! Oia, a mulher tem que ser sobremissa ao marido. Aí nois casemos e fiquemos naquilo, era igual a Terezinha de Jesus e seus três cavaleiros. Os três cavaleiros, pai, irmão e o marido. O meu terceiro cavaleiro me machucava demais, até o dia em que eu disse não para o meu terceiro cavaleiro. E eu aprendi a viver. Eu aprendi a conversar que eu não sabia. Minha conversa eu sabia conversar só na igreja. No meio da população eu começava era me tremer. Tinha vergonha das pessoas. Hoje eu já posso olhar pras pessoas, conversar e não me sinto mais vergonha e isso eu aprendi nesses encontros. Esses encontros foram praticamente umas aulas para mim... (dona Maria Eva, entrevista cedida em 24 de maio de 2019)

Esse fragmento, traz elementos de superação de uma condição de opressão marcada por uma cultura machista, de violência doméstica e de submissão da mulher, que não difere do relato de muitas outras “Marias”. Porém, a partir da luta pela terra que transcende à mera obtenção de um pedaço de terra, mas promove a reflexão sobre uma outra forma de organização social, baseada na coletividade, no respeito e na dignidade humana, é possível a transformação dos indivíduos.

A associação tem promovido formações diversas e, para isso, esta segue a mesma linha de atuação da CPT, que é a criação de parcerias institucionais como o Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Pará – IFPA/Campus Rural de Marabá – CRMB, Secretaria Municipal de Agricultura de Marabá – SEAGRI, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA e Universidade do Estado do Pará - UEPA. Essas parcerias estão proporcionando a realização de diversas atividades formativas para as famílias do PDS, principalmente daquelas que procuram potencializar a construção de alternativas sustentáveis de produção.

Apesar da situação fundiária do assentamento estar estabilizada em termos documentais e, desta forma, as famílias não terem mais o risco de serem despejadas, ainda há questões administrativas a serem resolvidas junto ao INCRA, principalmente aquelas relacionadas ao cadastro das famílias e a liberação de créditos como fomento e habitação, além de créditos de infraestrutura para o assentamento. Apesar disso, a CPT deixará de assistir as famílias de forma sistemática pois estas já possuem autonomia, conhecimentos jurídicos e organização política suficiente para conduzir tais processos e estabelecer um diálogo junto ao INCRA sem a intermediação da CPT. A autonomia alcançada pelas famílias pode ser considerada um avanço na perspectiva da formação pretendida para esses sujeitos,

uma vez que eles conseguiram apropriar-se de conhecimentos e de procedimentos para reivindicação de seus direitos.

As famílias do PDS Porto Seguro promovem ainda intercâmbio entre produtores, estudantes e pesquisadores para compartilhamento de experiências. Tais momentos são organizados pela própria comunidade.

Outro fator que nos chama a atenção referente a capacidade organizacional das famílias do PDS, está relacionado a preservação ambiental dentro do assentamento. Por mais que existam regras quanto ao uso e manejo dos recursos naturais existentes no assentamento, elas por si só não são capazes de garantir a preservação desses recursos. As famílias organizadas e ambientalmente conscientes da importância desses recursos estão conseguindo manter a floresta em pé. No entanto, isto só é possível a partir do conhecimento de alternativas produtivas que consigam conciliar a produção agrícola com preservação ambiental. Conhecimentos estes que foram trabalhados em inúmeras formações promovidas pela CPT.

Por isso, o Projeto de Assentamento PDS Porto Seguro está configurando-se como uma referência na região como exemplo de convivência harmônica entre assentados e meio ambiente. Cerca de 70% da área ainda encontra-se coberta por florestas e, por isso, tem sido foco de constantes visitas de instituições, universidades, intercâmbio de agricultores que procuram conhecer essa experiência, sendo também objeto de estudos acadêmicos, como esse trabalho. Segundo dona Lindalva, assentada do PDS, é raro passar mais de dois meses sem ter a visita de alunos, professores e até mesmo visitantes de outros países que querem conhecer as experiências existentes no assentamento.

As formações realizadas pela CPT despertaram a necessidade para formação e capacitação dos mais jovens do assentamento como forma de dar continuidade ao trabalho dos mais experientes, destacando-se a formação de quatro jovens, filhos e filhas de famílias assentadas, que concluíram o curso Técnico em Agropecuária Integrado, com ênfase em agroecologado - IFPA/CRMB. Porém, é necessário frisar que não se trata de qualquer formação! Os(as) assentados(as) foram incentivados(as) a buscar uma formação para seus filhos que estivesse em sintonia com a proposta de desenvolvimento pautada nos princípios da agroecologia e que eles posteriormente pudessem retornar para o assentamento e contribuir com as famílias, configurando-se como novos agricultores-técnicos e novas lideranças dentro do assentamento.

O incentivo à formação dos jovens na perspectiva agroecológica e sua permanência no lote interrompe um ciclo em que os próprios camponeses são elementos de expulsão dos jovens do campo, empurrando-os para as cidades em busca de profissões consideradas mais importantes e sem retorno para a comunidade.

### 3.1.2 – Produção e Comercialização

Os espaços populares de comercialização criados no bojo desse processo, ou daqueles que já existiam e que as famílias foram incentivadas a participar, configuram-se como um dos resultados significativos da atuação da equipe da CPT e seus parceiros. Cerca de 30% das famílias do assentamento estão envolvidas nas feiras dos agricultores, o que tem contribuído para melhorar a renda dessas famílias.

Observa-se no depoimento de dona Lindalva, assentadas, a importância desses espaços para complementação da renda das famílias e a perspectiva de sustentabilidade existente dentro do assentamento.

como diz PDS Porto Seguro, então nós somos... sustentabilidade... então nós tem que tentar sobreviver daqui, mas sabendo que nem tudo a gente se planta, que nós consumimos né. Tem coisas que precisamos passar para outras pessoas, negociar, para que possamos adquirir outros que não possamos plantar. A CPT abriu uma grande força pra nós, uma grande porta, um convênio junto com o movimento social, preocupado com nossa sobrevivência aqui, em abrir um espaço nas feiras, tanto na velha marabá onde tem uma feira na frente do sindicato, como na 28 que tem pessoas aqui, a maioria das pessoas negociam né, nossas próprias produções lá, tem na 28 ali, também na universidade da 28 uma vez no mês, e tem na universidade ali perto do INCRA, então a gente ta sempre passando nossas produções, o meu esposo ele transporta o que nós plantamos, ....., da pra tirar nossas produções, ele vende também nossas criações, porco, galinha, pato, quando há necessidade maior ele vende. (entrevista cedida em 05 de abril de 2018)

Atualmente existem seis feiras populares em Marabá, onde os agricultores de várias áreas de assentamento comercializam seus produtos, conforme quadro abaixo.

<b>FEIRA</b>	<b>PERIODICIDADE</b>
Feira da Folha 28	Semanalmente
Feira da Laranjeiras	Semanalmente
Feira do Sindicato (STTR de Marabá)	Semanalmente
Feira Comuna CEPASP	Semanalmente
Feira dos Camponeses na UEPA (Universidade Estadual do Pará)	Mensalmente
Feira dos Povos do Campo da UNIFESSPA.	Mensalmente

Em relação aos espaços de comercialização mencionados acima, vale destacar que as ações desenvolvidas pela CPT iniciaram com a mobilização, motivação e com o transporte das famílias até os locais de realização das feiras. Atualmente as famílias se auto-organizam para participarem desses espaços. Em muitas ocasiões dividem os custos de transporte, enviam seus produtos por outros feirantes para serem comercializados quando não podem ir e assim por diante. A cada dia que passa as famílias vão aprimorando as estratégias de comercialização de seus produtos.

Além disso, essas famílias estão conseguindo ampliar suas relações políticas e formativas com as universidades. Nas feiras da UEPA e da UNIFESPA, para além do espaço de comercialização e criação de calendário anual de realização das feiras, as famílias assentadas demandam constantemente a realização de momentos coletivos de formação para troca de experiências entre agricultores para adquirir outros conhecimentos.

Os espaços de comercialização estão de certa forma tão bem concretizados que segundo Francisco Alves (“Chiquinho” da CPT), é necessário saber o cronograma das feiras para poder marcar atividades nas comunidades, para que as mesmas não corram o risco de estarem esvaziadas.

Na dimensão produtiva, existe um grupo de cinco famílias que está implantando Roça Sem Queimar - RSQ, uma técnica agrícola que dispensa a utilização do fogo no preparo da área onde serão plantadas as culturas de subsistência das famílias, preservando a qualidade do solo, diminuindo a emissão de CO<sup>2</sup> e conseqüentemente diminuindo os riscos de incêndios florestais. Atualmente 10 famílias estão com módulos produtivos implantados e em fase de produção. Dentro dos módulos de Sistemas Agroflorestais implantados, destaca-se a produção de cupuaçu, açaí, banana, caju, pimenta-do-reino, entre outros.

Os produtos comercializados pelos agricultores são isentos de venenos, pois produzem na perspectiva agroecológica a fim de reduzir os impactos negativos à saúde da própria família e demais pessoas da comunidade, como também para o meio ambiente em geral. Essa consciência, atrelada a uma série de atividades, vem impulsionando as famílias a cultivarem suas áreas de forma diferenciada, intensificando cada vez mais a produção diversificada e agroecológica. Tal sistema de produção pode ser considerado uma forma de resistência desses agricultores, pois na região o uso de veneno na produção é utilizado de forma massiva.

Além da não utilização de agrotóxicos, outro elemento importante que caracteriza a produção agroecológica é a diversificação da produção, sendo considerado também um outro elemento de resistência, uma vez que há uma tendência regional à monocultura, principalmente a pecuária. O incentivo à produção diversificada veio através da realização de cursos técnicos, visitas técnicas, doações de mudas e sementes etc., conforme observamos no segundo capítulo desse trabalho, o que impulsionou várias famílias do assentamento a trilharem por esse caminho.

Essa atividade vem demonstrar que as famílias do PDS Porto Seguro estão dispostas a desenvolver outras técnicas produtivas menos agressivas ao meio ambiente. Essa predisposição é resultado desse longo processo formativo desenvolvido pela CPT e as suas instituições parceiras.

De certa forma, a criação do Assentamento nessa modalidade PDS veio incentivar o desenvolvimento de atividades diversificadas dentro da área. A atuação da CPT com as famílias do PDS Porto Seguro deu-se nessa perspectiva desde o início de seu acompanhamento. Atualmente as famílias que apostaram nessa proposta encontram-se com seus módulos produtivos implantados e com uma perspectiva diferenciada em relação ao cuidado com o meio ambiente.

### **3.1.3 – Formação de Lideranças**

Um dos anseios do trabalho da maioria das instituições que prestam assessoria a movimentos sociais, sejam eles do campo ou da cidade, é a formação de lideranças dentro de uma perspectiva emancipadora capaz de dar continuidade aos processos existentes, sejam eles de qualquer natureza (produtiva, organizativa, política etc.). As lideranças, devem surgir do próprio povo principalmente a partir dos processos de auto-organização que visem a superação das dificuldades enfrentadas.

É dentro dessa perspectiva revolucionária que a CPT vem desenvolvendo suas atividades no PDS Porto Seguro. Suas metodologias proporcionaram o surgimento de várias lideranças, sendo que as principais lideranças existentes hoje no assentamento são lideranças femininas.

Os trabalhos desenvolvidos, principalmente aqueles voltados ao empoderamento feminino, fez surgir lideranças como dona Maria Lindalva, atual presidente da associação do assentamento, que consegue ser reconhecida pelas outras famílias como uma pessoa de

confiança para representar seus interesses. Além disso, dona Lindalva possui também reconhecimento de outras instituições de fora do assentamento.

As universidades, sindicato e a própria CPT, à tem como uma pessoa de referência dentro do assentamento para mediar quaisquer assuntos que queiram ser debatidos dentro ou fora do assentamento.

Outra característica importante que se observa no perfil de dona Lindalva, refere-se ao desejo de continuidade de seu processo formativo. Constantemente ela participa de diferentes momentos de formação disponibilizados pelas entidades de apoio. Esse desejo de ampliação de seus conhecimentos também é reconhecido pelo conjunto de famílias do assentamento, que veem nisso, uma forma de estarem bem representados.

Dona Maria Eva, outra companheira que está presente no assentamento desde seus primeiros dias de ocupação, também se forjou como uma liderança. Um exemplo de companheira na defesa dos direitos das mulheres camponesas e da formação dos jovens do assentamento. Dona Eva, todos os anos tem motivado vários jovens a ingressarem em cursos de formação, como os cursos oferecidos no IFPA e na UNIFESPA. Dois filhos seus conseguiram concluir o curso técnico em agropecuária no IFPA/CRMB e agora estão a contribuir com as atividades em seu lote e na assessoria a outras famílias do assentamento.

Dona Sônia, viúva do nosso companheiro João Pereira, ao qual dedico esse trabalho, é uma das referências do assentamento na implantação de sistemas florestais. É um exemplo de dedicação e resistência frente as dificuldades enfrentadas pelas famílias do PDS Porto Seguro. Também está presente no assentamento desde a sua ocupação, participando praticamente de todas os encontros de formação que aconteceram no assentamento.

Com o falecimento de seu esposo, muitas pessoas chegaram a pensar que ela desistiria do assentamento e venderia seu lote. Muito pelo contrário, dona Sônia e suas filhas hoje apresentam com muito orgulho os frutos do trabalho de sua família. Possuem aproximadamente dois hectares com plantios de diversas frutíferas como cupuaçu, açaí, cacau etc., de onde conseguem retirar a maior parte dos recursos que garante o sustento da família. Sendo um dos lotes mais visitados dentro do PDS.

Hoje no assentamento pode-se dizer que as companheiras são fundamentais para a unidade e organicidade do PDS Porto Seguro, participando de todos os espaços de decisão da comunidade.



No entanto, é importante relatar que não existe um sentimento de disputa interna entre mulheres e homens mas, sim, o estabelecimento de uma dinâmica de respeito e cooperação, constituída ao longo da criação do assentamento.

### **3.2 – Desafios**

Em uma análise de conjuntura nacional, servindo-me da metodologia utilizada pela CPT durante todo esse processo de formação desenvolvido com as famílias do PDS Porto Seguro, é notório afirmar que, na realidade, não são apenas as famílias do assentamento que estão enfrentando desafios para sua consolidação mas, sim, toda a Reforma Agrária brasileira passa por um momento de muita dificuldade. O atual presidente da república, e toda sua equipe de governo, tem manifestado total apoio à implantação de um modelo de desenvolvimento para o campo pautado principalmente no plantio de monoculturas para exportação. O atual governo através do Ministério da Agricultura vem apoiando irrestritamente o agronegócio em detrimento da reforma agrária, que vem sofrendo cortes de verbas em seu orçamento, impossibilitando a aquisição de novas áreas para criação de assentamentos, além do sucateamento de instituições como o INCRA, responsável por encaminhar os processos de regularização dos assentamentos.

De acordo com José Batista Gonçalves Afonso, advogado da CPT de Marabá:

nessa nova conjuntura, os desafios são muito maiores ainda. O governo que está aí, não é que ele não apóie a reforma agrária! Na realidade ele é inimigo da reforma agrária! Ele não vai atender a pauta da reforma agrária! Na realidade ele quer destruir a pauta da reforma agrária e dos movimentos sociais que ainda defendem essa pauta! Na realidade nós não estamos lidando com adversário. Na realidade nós estamos lidando é com inimigo mesmo. (Marabá- PA. 22 de maio de 2019)

Sendo assim, diante dessa conjuntura desfavorável, caberá as famílias assentadas do PDS Porto Seguro, em conjunto com seus movimentos representativos e outros agricultores, continuarem nesse movimento de resistência e enfrentamento às medidas desse (des)-governo que aí está.

Em particular, as famílias do PDS, após a criação oficial do assentamento pelo INCRA, ainda não foram contemplados com nenhum crédito oficial destinados à aquisição de ferramentas e utensílios básicos (fomento) e para construção de casas (habitação). Sem contar que nenhum recurso destinado a construções de infraestrutura básica como estradas, pontes,

bueiros etc., foi liberado. Essa situação configura-se como um risco à consolidação dessa proposta.

Outro fator importante a ser mencionado refere-se à não implantação em sua totalidade do Plano de Uso do Assentamento (PU) que também configura-se como um risco que o PDS está enfrentando, principalmente no tocante a entrada de novos moradores na área. Inicialmente o assentamento contava com 37 famílias assentadas. Esse quantitativo aumentou para 47 famílias morando dentro do assentamento. A entrada de novas famílias que não passaram por um processo de formação e/ou que não possuem características que as definam como clientes de reforma agrária, poderá causar uma desestabilidade na organização interna da comunidade, podendo causar até mesmo a derrubada da floresta existente para venda de madeira, produção de carvão vegetal e posterior implantação de pastagens para criação de gado, descaracterizando totalmente o assentamento. Esse risco exige uma maior preocupação para mais investimento no processo de formação, principalmente com quem está chegando.

No período de seca da região (verão), que vai de junho até novembro, a quantidade de focos de queimadas aumenta consideravelmente no município. Ainda é grande o número de pessoas que utilizam o fogo como meio de limpeza de suas áreas, sem levar em conta os danos ambientais e prejuízos para o próprio solo de suas propriedades. Atualmente, o projeto de assentamento é margeado por fazendas para criação de gado. Nem todos os proprietários dessas áreas adotam práticas para prevenção de queimadas e incêndios florestais, como a construção de aceiros dividindo as áreas de floresta e de pastagens, o que vem a colocar em risco todos os módulos de sistemas agroflorestais implantados pelas famílias, além da própria floresta existente no assentamento.

Sendo assim, é urgente que as famílias do PDS possam se organizar para composição de uma brigada para combate e controle de queimadas e incêndios florestais que possam atingir a área do assentamento, sendo necessário a realização de parcerias com instituições que possam realizar treinamentos específicos para esse grupo.

Outro fator que necessita de uma atenção especial das famílias refere-se a caça desordenada de animais silvestre por pessoas de fora ou de dentro do próprio assentamento (caça predatória para comercialização).

Por mais que ainda não existam casos de comercialização no PDS, é necessário estabelecer estratégias de coibição para que essa situação não venha a acontecer; a começar pela mobilização constante dos próprios assentados, no sentido de estarem sempre vigilantes e proibindo essa prática, pois grande parte das sementes florestais são disseminadas pelos

animais silvestres! A diminuição desses animais em seu meio natural poderá atrapalhar o processo de renovação da floresta existente.

Outro cuidado necessário com a floresta, além da preservação dos agentes dispersores de sementes, está relacionado com a recomposição florestal. Além de espécies frutíferas, as famílias devem plantar na floresta espécies florestais nativas como castanha-do-pará, cedro, ipê etc., como forma de enriquecimento da floresta e como estratégia de geração de renda a longo prazo.

O processo de comercialização ainda configura-se como um desafio a ser superado. As feiras populares são espaços importantíssimos, porém ainda insuficientes para garantir a comercialização de toda a produção das famílias. Atrelado a isso está a dificuldade que muitas famílias ainda possuem no deslocamento até esses locais de comercialização, pela ausência de transporte (próprios ou coletivos).

Com a paralisação das atividades da FECAT, em meados de 2017, algumas famílias estão processando individualmente sua produção de frutas e comercializando suas polpas; no entanto, estão perdendo uma quantidade significativa dessa produção, pois a capacidade de processamento e, principalmente, de armazenamento individual é pequena.

Outro fator preocupante seria a atuação de uma equipe de assistência técnica que não corrobore com os princípios da agroecologia, configurando-se como um risco para consolidação do PDS Porto Seguro, uma vez que perpassa pela assistência técnica o incentivo, promoção de espaços de troca de informações, produção de conhecimento coletivo e a elaboração de projetos técnicos produtivos a serem financiados pelos agentes financeiros da região (Banco do Brasil e Banco da Amazônia), via programas oficiais de financiamento do governo federal para agricultura familiar como o PRONAF.

A assistência técnica desvinculada da realidade das famílias e atrelada a modelos de desenvolvimento produtivos pautados unicamente para o ganho financeiro, poderá comprometer o futuro dessa proposta. Assim, de acordo com Paulo Freire (1983):

a assistência técnica, que é indispensável, qualquer que seja o seu domínio, só é válida na medida em que o seu programa, nascendo da pesquisa de um 'tema gerador' do povo, vá mais além do puro treinamento técnico. A capacitação técnica é mais do que treinamento, porque é busca de conhecimento, é apropriação de procedimentos". Logo, a extensão rural, a assistência técnica e a capacitação no enfoque agroecológico não podem reduzir-se a uma prática de adestramento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desse processo são difíceis de ser mensurados pois encontram-se no campo da subjetividade. Para cada pessoa ou família esse processo teve um impacto diferenciado, pois uns avançaram mais no campo produtivo e outros destacaram-se mais no campo organizativo. Porém, é possível afirmar que esse processo mudou todas as pessoas envolvidas, tanto os acampados quanto os agentes da CPT. Um processo mútuo de cooperação, de comunhão, de aprendizado coletivo estabelecido a partir do diálogo e convivência.

A partir da pesquisa é possível afirmar que existe um sentimento de pertença, de orgulho por terem participado desse processo. Mas também posso afirmar que compartilho desse mesmo sentimento pois, enquanto agente da Comissão Pastoral da Terra de 2006 a 2015, tive o prazer de atuar com as famílias do PDS Porto Seguro. Por isso, no decorrer da construção desse trabalho, tive momentos de dificuldade em analisar de forma imparcial os resultados do processo, sendo superados apenas com o apoio de meu professor orientador.

Fazer esse trabalho não significou apenas realizar uma tarefa para conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo mas, sim, refletir sobre nossa atuação. Com certeza, esse trabalho ainda não está concluído pois pretendo, a partir dele, continuar investigando nossa atuação com as famílias que moram no campo, refletindo e melhorando cada vez mais nossa intervenção.

As famílias são oriundas de uma realidade urbana e, diante da necessidade de garantir seu próprio sustento, se veem dentro do acampamento com uma realidade totalmente desconhecida, tanto do ponto de vista de moradia, convivência, trabalho, amizade, culturas diferentes e, mesmo assim, conseguem resistir a esse desafio, conquistando uma parte de seus sonhos que é o acesso a um pedaço de terra para tirarem seu sustento. Abraçaram, também, uma nova proposta de desenvolvimento produtivo, pautada principalmente no respeito à natureza, levando em consideração a perspectiva de segurança alimentar, sustentabilidade financeira e ajuda mútua entre elas.

As experiências produtivas incentivadas e desenvolvidas pelas famílias do PDS já são uma realidade, no entanto merecem um estudo econômico mais detalhado capaz de mostrar o retorno financeiro para elas, uma vez que os resultados ambientais são plausíveis de mensuração pelas belas paisagens encontradas e pela fartura de frutos existentes no assentamento.

As famílias não só foram capazes de implantar esses modelos produtivos, como também estão conseguindo com muita reciprocidade transmiti-los para outras famílias, estudantes e pesquisadores. A busca pela apropriação dos procedimentos (metodológicos, técnicos, políticos) teve como princípio proporcionar essa autonomia e protagonismo das famílias, evidenciando os resultados positivos dos esforços para formação dos trabalhadores desempenhado pela equipe da CPT e demais entidades que contribuíram com a conquista do assentamento.

A própria criação e regularização do assentamento pode ser considerada como um dos principais resultados positivos da atuação da CPT no PDS Porto Seguro. Porém, essa conquista não pode ser considerada apenas da CPT mas, sim, de todo um conjunto de entidades e personalidades individuais que, de alguma forma, contribuíram para o alcance desse resultado. A começar pelas próprias famílias da área que, apesar das dificuldades enfrentadas, não desistiram dos seus sonhos e continuam firmes em seus propósitos.

Para além de simplesmente conquistar um pedaço de terra, a CPT sempre procurou e procura a defesa da dignidade humana, do meio ambiente, dos povos do campo e da cidade. A CPT orgulha-se em contribuir com as famílias camponesas dessa região, em especial as famílias do PDS Porto Seguro, por resistirem aos desafios da conquista de seus lotes e estarem mais uma vez se desafiando a construir uma nova proposta de desenvolvimento produtivo pautada em princípios agroecológicos.

Suas práticas pedagógicas no desenvolvimento das variadas atividades foram cruciais para estimular as famílias do PDS Porto Seguro a participarem de atividades coletivas. A atuação da CPT contribuiu para esse estímulo à participação nos espaços de decisões coletivas, atividades diversas e principalmente formativas.

Além disso, as instituições representativas como STTR e FETAGRI foram muito mais valorizadas, contribuindo assim para o fortalecimento do sindicalismo regional.

Foi muito prazeroso perceber a resiliência das famílias na superação das dificuldades encontradas, os olhares positivos, suas perspectivas animadoras e os laços de parentesco e amizade com os vizinhos fortalecidos.

A associação do assentamento tem mediado e facilitado os debates internos e tem conseguido manter de forma organizada suas documentações e atribuições fiscais. No entanto, a associação tem expandido sua atuação para além disso, conseguindo protagonizar a

realização de diversas formações dentro do assentamento possibilitando a produção de novos conhecimentos, fortalecendo a autonomia e o protagonismo das famílias.

Ao colocar-me em análise do trabalho desenvolvido pela CPT no PDS Porto Seguro, avalio que suas estratégias de atuação foram capazes de fortalecer as ações coletivas entre as famílias do assentamento. Esse aspecto da coletividade e da ajuda mútua tem sido uma das principais potencialidades que estão contribuindo para o sucesso do assentamento.

Observa-se em todos os momentos que as famílias apegam-se no espírito de união e coletividade para realizarem suas atividades e para solucionarem seus problemas internos. Esse aspecto foi disseminado desde os primeiros dias de acompanhamento por parte dos agentes da CPT, configurando-se como umas das marcas principais de sua atuação no assentamento, sejam elas na implantação de experiências produtivas ou até mesmo nos processos de comercialização da produção, pois as famílias sempre procuram estabelecer parcerias internas ou externas para facilitar sua realização.

Essa marca de sua atuação no assentamento foi alcançado exclusivamente pela dedicação e comprometimento de seus agentes que mantém até hoje um processo constante de diálogo e respeito com as famílias do PDS Porto Seguro.

Segundo Freire 2001, “Essa atitude dialógica, permite a reflexão crítica dos homens e das mulheres em suas relações com o mundo para sua libertação autêntica. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 2001, p. 67).

Ao realizar essa pesquisa concluo que, por opção, a CPT colocou-se do lado dos trabalhadores. Sua presença solidária e fraterna muitas vezes aquietou as angústias e as incertezas daqueles que pouca experiência tinham! Procurou não fazer, mas proporcionar que as famílias fossem protagonistas de sua própria história!

Incentivou, mas foi a coragem de homens e mulheres do assentamento que conquistou a possibilidade de ter uma vida com mais dignidade!

Ao mesmo tempo que procurou ensinar, aprendeu! Sofreu com o sofrimento das famílias despejadas, mas alegrou-se com a vontade delas de retornarem à terra e dela cuidar como se fosse um presente divino.

Finalmente, posso concluir que a CPT esteve e está a serviço do povo! Daqueles que ousam rebelar-se contra as ordens injustas e fazer de suas rebeldias o campo para o surgimento de novas esperanças!

Um campo chamado PDS PORTO SEGURO!

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, et al., Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: Histórico, Tendências e Oportunidades. IPAM, Brasília, DF, 2016, 93p.
- CALDART, R. S.; et al. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CAPORAL, F. R.; Costabeber, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA. 2004.
- COSTA, Ricardo da Silva, – Resiliência camponesa e atos territoriais em espaços reocupados pelos interesses do setor sucroalcooleiros. Tupaciguara-MG, 2019.
- COSTA, Z. S; et al. Plano de Uso do Assentamento – PU – INCRA/SR27 - 2016.
- Criação e Modalidades de Assentamento-  
<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao#grupo1>. Acesso em 08 out. 2018.
- CRMB/IFPA. **Projeto Político Pedagógico do Campus Rural de Marabá** (CRMB), 2010.
- EMMI, M. F.; MARIN, R.E.A. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará. Revista Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, n 40, p. 51-68, 1988.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 11ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- GUZZO, M. R. S. **Irmã Dorothy Stang**: a mártir do PDS. Anapu - PA: [s.n.], 2009
- HÉBETTE, Jean. Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. I a IV. Belém: EDUFRA, 2004.
- Lei 8629/93 de 25 de Fevereiro de 93 - <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 08 out. 2018.
- LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos. Editora da UFPR Curitiba, 2001.
- Manual de Diretrizes Nacionais para Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva – Brasília – Abril de 2018. <http://www.mda.gov.br>. Acesso 09 out. 2018.
- MICHÈLE. D; et al. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil. Uma abordagem histórica da legislação. Texto para discussão, 48, Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília, 2008.

PEREIRA, A. R. A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo. Recife 2013. 278f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História.

PESSOA, M. P.; et al. (Org.). CPT: 40 Anos de Fé, rebeldia e esperança. Expressão Popular, Goiânia – GO, 2016.

SILVEIRA, D. T; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. F. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.